

Prospecto de Distribuição Pública de Cotas da Primeira Emissão do

FUNDO DE INVESTIMENTO EM PARTICIPAÇÕES TAG

CNPJ/MF nº 09.238.396/0001-84

Administração e Distribuição



Mellon Serviços Financeiros

O Fundo de Investimento em Participações TAG (“Fundo”) está ofertando um montante de até 700 (setecentas) cotas, em série única, com preço de emissão inicial de R\$ 100.000,00 (cem mil reais) por cota (“Cotas”), perfazendo o montante de até:

R\$ 70.000.000,00

As Cotas serão objeto de distribuição pública no Brasil, por meio do Módulo de Distribuição de Cotas (“MDC”), mantido e operacionalizado pela CETIP – Câmara de Custódia e Liquidação (“CETIP”), coordenada pela Mellon Serviços Financeiros Distribuidora de Títulos e Valores Mobiliários S.A., administradora do Fundo (“Administradora”), exclusivamente perante investidores qualificados, nos termos da Instrução da Comissão de Valores Mobiliários (“CVM”) nº 409, de 18 de agosto de 2004, e alterações posteriores.

O Fundo foi constituído e a presente oferta pública de distribuição primária de Cotas (“Distribuição Pública”) foi aprovada pela Administradora em 5 de dezembro de 2007, sendo os atos constitutivos e regulamento do Fundo arquivados no 4º Ofício de Registro de Títulos e Documentos da Cidade do Rio de Janeiro, Estado do Rio de Janeiro, em 5 de dezembro de 2007, sob o nº 746682. Em 12 e 13 de dezembro de 2007, a Administradora aprovou a alteração e consolidação do regulamento do Fundo (“Regulamento”), por meio de “Instrumento Particular de Alteração do Regulamento do Fundo de Investimento em Participações TAG”, os quais foram devidamente registrados no 4º Ofício de Registro de Títulos e Documentos da Cidade do Rio de Janeiro, Estado do Rio de Janeiro, em 12 e 13 de dezembro de 2007, sob os nºs 747315 e 747450, respectivamente. Em 14 de dezembro de 2007, a Administradora aprovou a Re-ratificação do Instrumento de Constituição do Fundo, registrado no 4º Ofício de Registro de Títulos e Documentos da Cidade do Rio de Janeiro, Estado do Rio de Janeiro, em 14 de dezembro de 2007, sob o nº 747550.

A Distribuição Pública foi registrada na CVM sob o nº [●], em [●]. As Cotas serão admitidas à negociação no Sistema de Fundos Fechados (“SFF”), mantido e operacionalizado pela CETIP.

A Administradora e a BNY Mellon Asset Management Brasil Ltda. (“Gestora”), gestora da carteira de investimentos do Fundo (“Carteira”), mantém sistema de gerenciamento de riscos da Carteira, apesar disso não há garantia da completa eliminação da possibilidade de perdas para o Fundo e para o investidor. Além disso, o Fundo não conta com garantia da Administradora, da Gestora, dos demais prestadores de serviços, da companhia investida, de qualquer mecanismo de seguro ou, ainda, do Fundo Garantidor de Créditos – FGC. **A rentabilidade obtida no passado não representa garantia de resultados futuros.**

As informações contidas neste Prospecto estão em consonância com o Regulamento, porém não o substituem. É recomendada a leitura cuidadosa tanto deste Prospecto quanto do Regulamento, com especial atenção às seções relativas ao objetivo do Fundo, à sua política de investimento e à composição da Carteira, bem como às disposições deste Prospecto que tratam sobre os fatores de risco aos quais o Fundo está sujeito. **Os investidores devem ler a seção “Fatores de Risco”, nas páginas 18 e 19 deste Prospecto.**

Todo cotista, ao ingressar no Fundo, deverá atestar que recebeu exemplar deste Prospecto e do Regulamento, que tomou ciência dos objetivos do Fundo, de sua política de investimento, da composição da Carteira, da taxa de administração devida à Administradora e aos demais prestadores de serviços, dos riscos associados ao seu investimento no Fundo e da possibilidade de ocorrência de variação e perda no patrimônio líquido do Fundo, e, conseqüentemente, de perda, parcial ou total, do capital investido pelo investidor. **Este fundo utiliza estratégias com derivativos como parte integrante de sua política de investimento, exclusivamente para fins de proteção patrimonial. Tais estratégias, da forma como são adotadas, podem resultar em perdas patrimoniais para seus cotistas.**

As informações contidas neste Prospecto estão sob análise da Comissão de Valores Mobiliários, a qual ainda não se manifestou a respeito”.

Este Prospecto foi preparado com as informações necessárias ao atendimento das disposições do Código de Auto-Regulação da ANBID para os Fundos de Investimento, bem como das normas emanadas pela CVM. A autorização para funcionamento e/ou venda das cotas do Fundo não implica, por parte da CVM ou da ANBID, garantia de veracidade das informações prestadas, ou julgamento sobre a qualidade do Fundo, do Administrador ou das demais instituições prestadoras de serviços, bem como das Cotas a serem distribuídas.

Quaisquer outras informações ou esclarecimentos sobre o Fundo e a Distribuição Pública poderão ser obtidas com a Administradora e na CVM.

A data deste Prospecto é 12 de dezembro de 2007.

ÍNDICE

Definições	5
Informações Básicas do Fundo	8
Sumário da Distribuição Pública	10
Identificação de Prestadores de Serviços do Fundo e Outros	11
<i>Outros Serviços.....</i>	<i>12</i>
<i>Descrição dos Principais Prestadores de Serviços do Fundo</i>	<i>12</i>
Administradora	12
Gestora	13
Custodiante	13
<i>Relacionamento entre os Principais Prestadores de Serviços do Fundo.....</i>	<i>14</i>
Administradora e Gestora	14
Administradora e Custodiante.....	14
Gestora e Custodiante	14
<i>Atendimento aos Cotistas.....</i>	<i>14</i>
Remuneração dos Prestadores de Serviços e Outros Encargos.....	15
<i>Remuneração dos Prestadores de Serviços do Fundo.....</i>	<i>15</i>
Taxa de Administração	15
Taxa de Performance	15
Taxa de Ingresso e Saída.....	15
<i>Outros Encargos do Fundo.....</i>	<i>15</i>
Fatores de Risco.....	17
<i>Riscos Relacionados à Liquidez.....</i>	<i>17</i>
Restrições ao Resgate e Liquidez Reduzida das Cotas do Fundo	17
Liquidez Reduzida dos Ativos do Fundo	17
<i>Riscos Relacionados à Companhia Investida e outros Investimentos do Fundo</i>	<i>17</i>
Pagamentos Condicionados ao Retorno dos Investimentos	17
Concentração e Riscos da Carteira.....	17
Interferências Legais aos Projetos da Companhia e Decisões Judiciais Desfavoráveis	17
Desempenho das Companhias Investidas	18
Dificuldade de Acesso a Informações	18
<i>Riscos de Mercado.....</i>	<i>18</i>
Capacidade de Crédito	18
Uso de Derivativos.....	18
<i>Outros Riscos.....</i>	<i>18</i>
Responsabilidade Ilimitada dos Cotistas.....	18
Não existência de Garantia de Rentabilidade.....	18
Descontinuidade	18
Características da Distribuição Pública	19
<i>Características da Distribuição Pública</i>	<i>19</i>
Distribuição Pública e Público Alvo	19
Quantidade, Espécie e Valor das Cotas.....	19
Direitos, Vantagens e Restrições das Cotas	19
Aprovação da Distribuição Pública.....	19
Registro da Distribuição Pública das Cotas	19
Procedimentos para a Celebração de Compromissos de Investimento, Subscrição e Integralização das Cotas	19
Integralização das Cotas Constitutivas do Patrimônio Inicial Mínimo	20
Aplicação dos Recursos	20
Valor Mínimo de Investimento	20
Limitação ao Investimento por Entidade Fechada de Previdência Complementar	20

<i>Cronograma da Distribuição Pública</i>	<i>21</i>
<i>Alteração das Circunstâncias, Revogação e Modificação da Distribuição Pública</i>	<i>21</i>
<i>Suspensão e Cancelamento da Distribuição Pública</i>	<i>21</i>
<i>Negociação de Cotas</i>	<i>22</i>
<i>Custos de Distribuição.....</i>	<i>22</i>
<i>Outras Informações</i>	<i>22</i>
Características do Fundo	23
<i>Informações Gerais sobre o Fundo</i>	<i>23</i>
Base Legal.....	23
Público Alvo	23
Data de Constituição e Autorização para Funcionamento do Fundo	23
Prazo de Duração	23
Foro.....	23
<i>Prestadores de Serviços.....</i>	<i>24</i>
<i>Objetivo e Investimentos do Fundo.....</i>	<i>24</i>
Objetivo do Fundo	24
Política de Investimento, Composição e Diversificação da Carteira.....	24
<i>Cotas, Negociação e Transferência.....</i>	<i>24</i>
Características das Cotas.....	24
Emissão e Distribuição das Cotas	24
Subscrição e Integralização das Cotas	25
Valor Mínimo e Máximo de Investimento	25
Negociação de Cotas	25
Transferência das Cotas	25
<i>Patrimônio Inicial Mínimo</i>	<i>25</i>
<i>Amortização e Resgate de Cotas.....</i>	<i>26</i>
Amortização de Cotas e Distribuição de Dividendos Recebidos pelo Fundo	26
Resgate.....	26
<i>Desinvestimento.....</i>	<i>26</i>
Liquidação do Fundo	27
<i>Outras Informações Importantes</i>	<i>27</i>
Exercício Social, Demonstrações Contábeis e Metodologia para Avaliação dos Ativos	27
Política de Divulgação de Informações.....	28
Administração e Gestão	29
<i>Prestadores de Serviços de Administração e Gestão do Fundo</i>	<i>29</i>
<i>Obrigações da Administradora.....</i>	<i>29</i>
<i>Obrigações da Gestora.....</i>	<i>30</i>
<i>Vedações à Administradora e à Gestora</i>	<i>30</i>
<i>Substituição da Administradora e/ou da Gestora.....</i>	<i>30</i>
Assembléia Geral de Cotistas	32
<i>Periodicidade.....</i>	<i>32</i>
<i>Convocação</i>	<i>32</i>
<i>Quorum de Instalação</i>	<i>32</i>
<i>Legitimidade</i>	<i>32</i>
<i>Competência</i>	<i>32</i>
<i>Quorum de Deliberação</i>	<i>33</i>
<i>Consulta Formal.....</i>	<i>33</i>
<i>Registro das Deliberações.....</i>	<i>33</i>

Comitê De Investimentos	34
<i>Composição</i>	<i>34</i>
<i>Mandato.....</i>	<i>34</i>
<i>Remuneração</i>	<i>34</i>
<i>Periodicidade das Reuniões.....</i>	<i>34</i>
<i>Convocação</i>	<i>34</i>
<i>Quorum de Instalação</i>	<i>34</i>
<i>Competência</i>	<i>34</i>
<i>Quorum de Deliberação</i>	<i>35</i>
<i>Consulta Formal.....</i>	<i>35</i>
<i>Registro de Deliberações.....</i>	<i>35</i>
<i>Conflito de Interesses.....</i>	<i>35</i>
Regras de Tributação do Fundo.....	37
<i>Tributação Aplicável aos Cotistas.....</i>	<i>37</i>
IOF/Títulos.....	37
IOF/Câmbio	37
Imposto de Renda	37
CMPF	38
<i>Tributação Aplicável ao Fundo</i>	<i>38</i>
IOF/Títulos.....	38
Imposto de Renda	38
CPMF	38
Anexos.....	39
<i>Instrumento Particular de Constituição do Fundo</i>	<i>39</i>
<i>Instrumento Particular de Alteração do Regulamento do Fundo.....</i>	<i>39</i>
<i>Primeiro Aditamento e Consolidação do Regulamento do Fundo.....</i>	<i>39</i>
<i>Declaração da Administradora, nos termos do artigo 56 da Instrução CVM 400.....</i>	<i>39</i>
<i>Minuta do Modelo de Compromisso de Investimento.....</i>	<i>39</i>
<i>Minuta do Modelo de Boletim de Subscrição</i>	<i>39</i>

DEFINIÇÕES

Para fins deste Prospecto, os termos indicados abaixo terão os significados a eles a seguir atribuídos, salvo referência diversa neste Prospecto:

Administradora ou Mellon	Mellon Serviços Financeiros Distribuidora de Títulos e Valores Mobiliários S.A.
Anúncio de Encerramento	Anúncio de Encerramento da Distribuição Pública.
Anúncio de Início	Anúncio de Início da Distribuição Pública.
Assembléia Geral	Assembléia Geral de Cotistas do Fundo.
Auditores Independentes ou Boucinhas	Boucinhas & Campos + Soteconti Auditores Independentes S/S.
BACEN	Banco Central do Brasil.
Boletim de Subscrição	Boletim de subscrição de Cotas, a ser assinado pelo Cotista durante o Prazo de Distribuição.
Bovespa	Bolsa de Valores de São Paulo S.A. - BVSP.
Carteira	Carteira de investimentos do Fundo.
CETIP	CETIP – Câmara de Custódia e Liquidação.
CetipNET	Sistema de Negociação Eletrônica de Títulos – CetipNET, disponibilizado pela CETIP a seus participantes, para lançamento de ofertas de compra ou venda de títulos negociados na CETIP.
CMN	Conselho Monetário Nacional.
Companhia Investida	DBTRANS S.A.
Compromisso de Investimento	Instrumento Particular de Compromisso de Investimento no Fundo de Investimento em Participações TAG, a ser assinado pelo Cotista ao ingressar no Fundo.
Cota ou Cotas	Cota ou Cotas do Fundo, em série única, com preço de emissão inicial de R\$ 100.000,00 (cem mil reais) por Cota.
Cotista ou Cotistas	Investidor ou Investidores Qualificados que invistam no Fundo, nos termos do artigo 109 da Instrução CVM 409.
CPMF	Contribuição Provisória sobre a Movimentação ou Transmissão de Valores ou de Créditos e Direitos de Natureza Financeira.
Custodiante ou Bradesco	Banco Bradesco S.A.
CVM	Comissão de Valores Mobiliários.

Distribuição Pública	A presente oferta pública de distribuição de Cotas.
Fundo	Fundo de Investimento em Participações TAG.
Gestora	BNY Mellon Asset Management Brasil Ltda.
IBGE	Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística.
IGP-M	Índice Geral de Preços de Mercado, divulgado pela Fundação Getúlio Vargas – FGV.
Instrução CVM 391	Instrução CVM nº 391, de 16 de julho de 2003, e alterações posteriores.
Instrução CVM 394	Instrução CVM nº 394, de 22 de julho de 2003.
Instrução CVM 400	Instrução CVM nº 400, de 29 de dezembro de 2003, e alterações posteriores.
Instrução CVM 409	Instrução CVM nº 409, de 18 de agosto de 2004, e alterações posteriores.
Investidor Qualificado	Investidor qualificado, nos termos do artigo 109 da Instrução CVM 409.
IPCA	Índice de preços ao Consumidor Amplo, divulgado pelo IBGE.
MDC	Módulo de Distribuição de Cotas, mantido e operacionalizado pela CETIP.
País ou Brasil	República Federativa do Brasil.
Patrimônio Inicial Mínimo	Patrimônio inicial mínimo para funcionamento do Fundo, no valor de R\$ 35.000.000,00 (trinta e cinco milhões de reais).
Período de Desinvestimento	Período de 2 (dois) anos, seguinte ao término do Período de Investimento, durante o qual os investimentos do Fundo serão liquidados, de forma ordenada, a critério do Comitê de Investimentos, visando à otimização do desinvestimento pelo Fundo, podendo este período ser prorrogado ou reduzido a critério da Assembleia Geral.
Período de Distribuição	Período de distribuição das Cotas, correspondente a 180 (cento e oitenta) dias da data de registro do Fundo na CVM, prorrogável mediante aprovação da Assembleia Geral.
Período de Investimento	Período de 5 (cinco) anos, contado do início do Prazo de Duração, no qual serão realizados os investimentos do Fundo, podendo este período ser prorrogado ou reduzido a critério da Assembleia Geral.
Prazo de Duração	Período de 7 (sete) anos, contado da data da primeira integralização de Cotas do Fundo.
Prospecto	Este Prospecto da Distribuição Pública.
Regulamento	Regulamento do Fundo, alterado e consolidado em 13 de dezembro de 2007, registrado no 4º Ofício de Registro de Títulos e Documentos da Cidade do Rio de Janeiro, Estado do Rio de Janeiro, em 13 de dezembro de 2007, sob o 747450.

Resolução CMN 2.689	Resolução CMN nº 2.689, de 26 de janeiro de 2000, e alterações posteriores.
SFF	Sistema de Fundos Fechados, mantido e operacionalizado pela CETIP.
Taxa de Administração	Remuneração devida pelo Fundo à Administradora e demais prestadores de serviços do Fundo, correspondente a um percentual variável decrescente sobre o valor do patrimônio líquido do Fundo.

INFORMAÇÕES BÁSICAS DO FUNDO

Denominação	Fundo de Investimentos em Participações TAG.
CNPJ/MF	09.238.396/0001-84.
Tipo	Fundo fechado.
Administradora	Mellon Serviços Financeiros Distribuidora de Títulos e Valores Mobiliários S.A.
Gestora	BNY Mellon Asset Management Brasil Ltda.
Custodiante	Banco Bradesco S.A.
Auditores Independentes	Boucintas & Campos + Soteconti Auditores Independentes S/S
Objeto	Buscar, no longo prazo, a valorização do capital investido, por meio da aquisição de ações, debêntures conversíveis ou bônus de subscrição de emissão exclusivamente da DBTRANS S.A. e/ou outros ativos, de acordo com a política de investimento do Fundo.
Prazo de Duração	O Fundo tem prazo de duração de 7 (sete) anos, contado da data da primeira integralização de Cotas, podendo este prazo ser reduzido ou prorrogado, por deliberação da Assembléia Geral.
Classes de Cotas	Haverá apenas 1 (uma) classe de Cotas, atribuindo iguais direitos aos seus titulares.
Número de Cotas a serem emitidas	O Fundo emitirá e distribuirá, inicialmente, entre 350 (trezentas e cinquenta) e 700 (setecentas) Cotas.
Preço de Emissão	As Cotas serão subscritas pelo preço de emissão inicial de R\$ 100.000,00 (cem mil reais). Na hipótese de nova distribuição de cotas, será utilizado como preço de emissão o valor apurado no fechamento do primeiro dia útil subsequente ao da efetiva disponibilidade de recursos pelos Cotistas em favor do Fundo ou de instituição financeira contratada para efetuar a distribuição das respectivas cotas, resultado da divisão do patrimônio líquido do Fundo pelo número de cotas já emitidas, ou aquele que vier a ser estabelecido pela Assembléia Geral.
Forma de colocação das Cotas	Distribuição pública realizada por meio do MDC.
Público-Alvo	O Fundo será destinado à aplicação exclusivamente por planos de benefícios administrados por entidades fechadas de previdência complementar e/ou outros Investidores Qualificados que busquem rentabilidade, no médio e longo prazos, condizente com a política de investimento do Fundo e que estejam dispostos a aceitar os riscos inerentes à aplicação nas Cotas..
Valor Mínimo de Aplicação no Fundo	R\$ 100.000,00 (cem mil reais).
Patrimônio Inicial Mínimo	O patrimônio inicial mínimo para funcionamento do Fundo é de R\$ 35.000.000,00 (trinta e cinco milhões de reais).

Prazo para Integralização do Patrimônio Inicial Mínimo	O prazo para integralização das Cotas constitutivas do Patrimônio Inicial Mínimo é de 180 (cento e oitenta) dias, contado da data de registro do Fundo na CVM e prorrogável mediante aprovação da Assembléia Geral.
Negociação de Cotas	As Cotas serão admitidas à negociação no mercado secundário no SFF, cabendo aos intermediários assegurar que a aquisição de Cotas somente seja feita por Investidores Qualificados. Será possível, ainda, o lançamento de ofertas de compra ou venda de Cotas por meio do CetipNET.
Taxa de Administração e demais Encargos	As despesas e encargos previstos no Regulamento, bem como a Taxa de Administração serão suportados pelo Fundo. Não será cobrada taxa de ingresso ou saída de Cotistas.
Publicidade de Informações sobre o Fundo	As informações relevantes relativas ao Fundo serão divulgadas diretamente aos Cotistas, por carta, fax ou e-mail. As convocações de Assembléias Gerais poderão, alternativamente, ser realizadas mediante publicação no jornal “Diário Mercantil”, correspondência, telegrama, e-mail, fax ou qualquer outro meio de comunicação inequívoca, encaminhado a cada Cotista.
Informações Complementares	Quaisquer informações complementares sobre o Fundo e a Distribuição Pública poderão ser obtidas com a Administradora e/ou a Gestora, nos endereços e <i>sites</i> constantes da seção “Identificação de Prestadores de Serviços e Outros” ou com a CVM, na Rua Sete de Setembro, nº 111, 5º andar, Rio de Janeiro, RJ, e na Rua Cincinato Braga, nº 340, 2º, 3º e 4º andares, São Paulo, SP (www.cvm.gov.br) ou a CETIP, na Av. República do Chile, nº 230, 11º andar, Rio de Janeiro, RJ, e Rua Líbero Badaró, nº 425, 24º andar, São Paulo, SP (www.cetip.com.br). As informações constantes dos <i>sites</i> da Administradora e da Gestora não são parte integrante e nem se encontram incorporadas por referência a este Prospecto.
Declarações	A declaração da Administradora, nos termos do artigo 56 da Instrução CVM 400, encontra-se anexa a este Prospecto.

SUMÁRIO DA DISTRIBUIÇÃO PÚBLICA

Aprovação da Distribuição Pública	A Distribuição Pública foi aprovada pela Administradora em 5 de dezembro de 2007.
Cotas Ofertadas	Entre 350 (trezentas e cinquenta) e 700 (setecentas) Cotas, todas nominativas e escriturais, sem valor nominal.
Preço de Emissão das Cotas	No âmbito da Distribuição Pública, as Cotas serão emitidas com preço de emissão inicial de R\$ 100.000,00 (cem mil reais) por Cota.
Valor total da Distribuição Pública	Entre R\$ 35.000.000,00 (trinta e cinco milhões de reais) e R\$ 70.000.000,00 (setenta milhões de reais).
Procedimento da Distribuição	Após a concessão do registro de funcionamento do Fundo e da Distribuição Pública, e a publicação do Anúncio de Início, a Administradora acessará investidores, os quais formalizarão seu interesse em participar da primeira emissão de Cotas do Fundo, por meio da assinatura de Compromissos de Investimento e Boletins de Subscrição. A integralização das Cotas deverá obedecer ao disposto no Regulamento e no presente Prospecto. A conclusão da Distribuição Pública será informada ao mercado por meio de Anúncio de Encerramento, publicado no jornal “Diário Mercantil”.
Regime de colocação	A colocação das Cotas será feita pela Administradora em regime de melhores esforços.
Prazo para Subscrição das Cotas	As Cotas objeto da presente Distribuição Pública devem ser subscritas durante o Período de Distribuição.
Integralização das Cotas	Durante o Período de Investimento, os Cotistas serão chamados pela Administradora a integralizar as Cotas por eles subscritas, mediante chamadas de capital que deverão ser efetuadas com antecedência de, no mínimo, 5 (cinco) dias úteis em relação à data limite para integralização de Cotas.
Prazo para Integralização do Patrimônio Inicial Mínimo	O prazo para integralização das Cotas constitutivas do Patrimônio Inicial Mínimo é de 180 (cento e oitenta) dias, contado da data de registro do Fundo na CVM, prorrogável mediante aprovação da Assembléia Geral.
Forma de Pagamento	A integralização das Cotas do Fundo será realizada por meio do MDC, podendo, alternativamente, ser realizada por meio de Documento de Ordem de Crédito (DOC) ou Transferência Eletrônica Disponível (TED). É admitida, ainda, mediante prévia aprovação do Comitê de Investimentos, a integralização das Cotas por meio de títulos e valores mobiliários.
Valor Mínimo de Subscrição	R\$ 100.000,00 (cem mil reais).

IDENTIFICAÇÃO DE PRESTADORES DE SERVIÇOS DO FUNDO E OUTROS

Esta seção contém a identificação dos prestadores de serviços contratados pelo Fundo, bem como da Administradora e da Gestora, que poderão prestar esclarecimentos sobre o Fundo e a Distribuição Pública.

1. Administradora

Mellon Serviços Financeiros Distribuidora de Títulos e Valores Mobiliários S.A.

Avenida Presidente Wilson, nº 231, 11º andar

Rio de Janeiro – RJ

At.: Carla Lopes

Tel.: (21) 3974-4618

Fax: (21) 3974-4501

E-mail: fip@bnymellon.com.br

Website: <http://www.bnymellon.com.br/sf>

2. Gestora

BNY Mellon Asset Management Brasil Ltda.

Av. Almirante Barroso, nº 52, sala 3.301 (parte)

Rio de Janeiro – RJ

At.: Sergio Lima

Tel.: (21) 2510-9900

Fax: (21) 2510-9901

E-mail: slima@bnymellon.com.br

Website: <http://www.bnymellon.com.br/am>

3. Custodiante

Banco Bradesco S.A.

Cidade de Deus, s/n

Prédio Novo, 4º andar, Bairro Vila Yara

Osasco – SP

At.: Ronaldo Lopes Costa

Tel.: (11) 3684-5170

Fax: (11) 3684-2714

E-mail: 4010.ronaldol@bradesco.com.br

Website: www.bradesco.com.br

4. Auditor Independente

Boucinhas & Campos + Soteconti Auditores Independentes S/S

Avenida das Nações, nº 11.633, 11º andar, conjunto 111-114

São Paulo - SP

At.: Toshio Nishioka

Tel.: (21) 2223-2433

Fax: (21) 2263-9510

E-mail: nishioka@boucinhasconti.com.br

Website: www.boucinhasconti.com.br

5. Consultor Legal

Barbosa, Müssnich & Aragão Advogados

Avenida Almirante Barroso, nº 52, 32º andar

Rio de Janeiro – RJ

At.: Alexandre Hildebrand Garcia

Tel.: (21) 3824-1044

Fax: (21) 2262-5536

E-mail: ahg@bmalaw.com.br

Website: www.bmalaw.com.br

Outros Serviços

A Administradora poderá contratar a prestação de outros serviços, inclusive no que se refere à avaliação, acompanhamento e indicação de investimentos, atividades e desempenho financeiro da Companhia Investida, bem como assessoria na análise dos desinvestimentos, observado que as despesas com a contratação de terceiros para prestar serviços legais, fiscais, contábeis e de consultoria especializada, estão limitadas ao valor de R\$ 250.000,00 (duzentos e cinquenta mil reais) por exercício social, podendo este limite ser alterado por deliberação da Assembléia Geral.

Descrição dos Principais Prestadores de Serviços do Fundo

Administradora

A Mellon Serviços Financeiros DTVM S/A é uma subsidiária do The Bank of New York Mellon Corporation, constituída especificamente para a administração de fundos de investimento no Brasil, tendo sido autorizada a administrar carteiras através do Ato Declaratório nº 4.620 de 19 de dezembro de 1997.

A Mellon Serviços Financeiros é líder em serviços financeiros para gestores independentes e investidores institucionais, prestando o serviço de administração fiduciária de fundos de investimento para mais de 70% dos gestores independentes associados a ANBID - Associação Nacional de Bancos de Investimento e uma gama de investidores institucionais, preponderantemente fundações, seguradoras e sociedades de capitalização, com mais de R\$ 57 bilhões em ativos sob sua administração (ANBID, Outubro 2007). Com uma ampla gama de produtos, tecnologia e serviços, buscamos atender, com excelência, às necessidades de nossos clientes e superar suas expectativas. Como líderes globais na prestação de serviços financeiros, combinamos atendimento especializado com tecnologia de ponta para prestar serviços ricos em informação e sistemas.

O The Bank of New York Mellon Corporation foi constituído em julho de 2007 a partir da fusão do The Bank of New York Company, Inc. com a Mellon Financial Corporation. A combinação destas duas instituições financeiras tradicionais e ricas em história, resultou na empresa número um, líder em serviços financeiros no mundo. Juntas, as duas instituições tornaram-se o líder global em administração e gestão de ativos, comprometido com excelência e alta performance de seus serviços.

Hoje, o The Bank of New York Mellon Corporation é uma empresa global de serviços financeiros focada em ajudar clientes a gerir ativos financeiros. Ela opera em 37 países e atende a mais de 100 mercados. A companhia é um provedor líder de serviços financeiros para instituições, corporações e pessoas físicas, nos segmentos de gestão de ativos, gestão de patrimônio, administração e controladoria fiduciária de fundos de investimento, utiliza-se de uma equipe global exclusivamente voltada para atender às necessidades de seus clientes e possui mais de US\$20 trilhões de ativos sob sua custódia e administração e US\$1 trilhão de ativos sob sua gestão.

Endereços e contatos da sede:

Endereço: Av. Presidente Wilson, nº 231, 11º andar, Centro, Rio de Janeiro, RJ.

Contato: Simone Rosa

e-mail: simone@bnymellon.com.br

Home Page: <http://www.bnymellon.com.br/sf>

Tel: (21) 3974-4500

Fax: (21) 3974-4501

Gestora

O BNY Mellon Asset Management Brasil Ltda, autorizada a administrar carteira de valores mobiliários pela CVM, através do Ato Declaratório nº 6977, de 02/10/2002, é uma subsidiária do The Bank of New York Mellon Corporation e no Brasil, é uma empresa independente voltada exclusivamente para a gestão de recursos de terceiros.

O The Bank of New York Mellon Corporation foi constituído em julho de 2007 a partir da fusão do The Bank of New York Company, Inc. com a Mellon Financial Corporation. A combinação destas duas instituições financeiras tradicionais e ricas em história, resultou na empresa número um, líder em serviços financeiros no mundo. Juntas, as duas instituições tornaram-se o líder global em administração e gestão de ativos, comprometido com excelência e alta performance de seus serviços.

Hoje, o The Bank of New York Mellon Corporation é uma empresa global de serviços financeiros focada em ajudar clientes a gerir ativos financeiros. Ela opera em 37 países e atende a mais de 100 mercados. A companhia é um provedor líder de serviços financeiros para instituições, corporações e pessoas físicas, nos segmentos de gestão de ativos, gestão de patrimônio, administração e controladoria fiduciária de fundos de investimento, utiliza-se de uma equipe global exclusivamente voltada para atender às necessidades de seus clientes e possui mais de US\$20 trilhões de ativos sob sua custódia e administração e US\$1 trilhão de ativos sob sua gestão.

Os recursos geridos pelo BNY Mellon Asset Management Brasil são custodiados no Banco Bradesco, auditados pela KPMG Auditores Independentes e administrados pela Mellon Serviços Financeiros DTVM. A separação entre gestor, administrador e custodiante possibilita ao BNY Mellon Asset Management Brasil a dedicar-se exclusivamente à gestão de recursos, evitando qualquer tipo de conflito de interesses e proporcionando ao cliente total transparência nos serviços prestados. O grupo BNY Mellon atua no Brasil desde 1998.

Atualmente o BNY Mellon Asset Management Brasil possui mais de R\$ 12 bilhões (ANBID, Outubro 2007) sob sua gestão, em estratégias de renda fixa, multimercado e ações, em carteiras voltadas para pessoas físicas, jurídicas e clientes institucionais.

A filosofia da empresa baseia-se na otimização da relação risco x retorno, com o foco na preservação de capital. A excelência de sua gestão faz com que diversos fundos geridos pelo BNY Mellon Asset Management Brasil tenham sido premiados por empresas especializadas, como Exame/FGV, Thompson Financial, Quantum, Gazeta Mercantil/Austing Rating, Investidor Institucional/PPS, ValorInveste/Standard & Poor's e Folha de São Paulo.

Endereços e contatos da sede:

Av. Almirante Barroso, nº 52, sala 3301, Centro, Rio de Janeiro, RJ, CEP 20031-000

Contato: Delano Octavio Jorge Franco

e-mail: delano@bnymellon.com.br

Home Page: <http://www.bnymellon.com.br/am>

Tel: (21) 2510-9970/2150-9902

Fax (21) 2510-9901

Custodiante

O Custodiante, por meio de seu Departamento de Ações e Custódia ("DAC"), está estruturado para a prestação de serviços qualificados para o mercado de capitais em geral, como custódia, controladoria, escrituração de ativos, banco mandatário, *trustee*, agente de compensação, dentre outros, há mais de 30 (trinta) anos.

O DAC presta serviços somente para recursos de terceiros, apresentando estrutura e sistemas totalmente segregados das demais áreas da instituição, mantendo, assim, total sigilo das posições e operações dos clientes para os quais presta serviços. Essa segregação é garantida pelo *compliance* corporativo, cujos serviços, especificamente para a custódia e controladoria de fundos de investimento e carteiras, são complementados por *compliance* específico, que garante a alocação dos investimentos de acordo com as regras e legislação aplicável.

Os serviços de custódia e controladoria do Custodiante têm a qualidade dos seus processos atestada pela norma “NBR ISO 9001:2000”, cuja manutenção se dá mediante auditorias documentais e de campo, realizadas periodicamente por organismos certificadores credenciados.

Especificamente para a área de custódia são mantidos sistemas do mercado apropriados, existindo contingência de sistemas e ambiente físico, o que possibilita a continuidade das atividades em eventual necessidade, a qualquer momento, sem prejuízo ao atendimento de seus clientes.

Relacionamento entre os Principais Prestadores de Serviços do Fundo

Administradora e Gestora

Na data deste Prospecto, a Administradora e a Gestora pertencem ao mesmo grupo econômico, o Mellon Group. A Administradora e a Gestora mantêm uma política de segregação de suas atividades, de forma que a prestação dos serviços de administração e gestão da Carteira pela Administradora e pela Gestora não conflita de nenhuma maneira com os interesses do Fundo.

Administradora e Custodiante

Além do relacionamento referente ao Fundo e à Distribuição Pública, a Administradora e o Custodiante mantêm, na data deste Prospecto, relacionamento comercial, existente em razão de o Custodiante prestar à Administradora serviços bancários em geral, entre eles, a manutenção de contas correntes em nome da Administradora. Além disso, a Administradora é administradora de outros fundos de investimento que têm como custodiante o Custodiante.

Adicionalmente, a Administradora poderá, no futuro, contratar o Custodiante, para prestar esses ou outros serviços bancários em geral, tais como débito automático de cobranças de clientes e serviços de pagamento de tributos e fornecedores, e para assessorá-la, inclusive, na realização de investimentos ou em quaisquer outras operações necessárias para a condução de suas atividades.

Gestora e Custodiante

Além do relacionamento referente ao Fundo e à Distribuição Pública, a Gestora e o Custodiante não mantêm, na data deste Prospecto, qualquer relacionamento comercial salvo aquele existente em razão de a Gestora ser gestora da carteira de outros fundos de investimento que têm como custodiante o Custodiante.

Adicionalmente, a Gestora poderá, no futuro, contratar o Custodiante, para prestar serviços bancários em geral, tais como débito automático de cobranças de clientes e serviços de pagamento de tributos e fornecedores, e para assessorá-la, inclusive, na realização de investimentos ou em quaisquer outras operações necessárias para a condução de suas atividades.

Atendimento aos Cotistas

A Administradora mantém em funcionamento o serviço de atendimento aos Cotistas, por meio do telefone (21) 3974-4500 e do fax (21) 3974-4501, nos dias úteis, das 9.00 às 18.00 horas, ou do endereço eletrônico clientservice@bnymellon.com.br.

REMUNERAÇÃO DOS PRESTADORES DE SERVIÇOS E OUTROS ENCARGOS

Remuneração dos Prestadores de Serviços do Fundo

Taxa de Administração

Como remuneração pela prestação de serviços de administração do Fundo, exceto os serviços de auditoria e de custódia, é devido pelo Fundo à Administradora e aos demais prestadores de serviços de administração o montante equivalente a:

- 0,20% a.a. (vinte centésimos por cento ao ano), sobre o patrimônio líquido do Fundo, se este for igual ou inferior a R\$ 50.000.000,00 (cinquenta milhões de reais);
- 0,175% a.a. (cento e setenta e cinco milésimos por cento ao ano), sobre o patrimônio líquido do Fundo, se este for superior a R\$ 50.000.000,00 (cinquenta milhões de reais) e igual ou inferior a R\$ 100.000.000,00 (cem milhões de reais); ou
- 0,15% a.a. (quinze centésimos por cento ao ano), sobre o patrimônio líquido do Fundo, se este for superior a R\$ 100.000.000,00 (cem milhões de reais).

Não obstante a forma de remuneração acima, a Administradora fará jus a uma remuneração mínima mensal de R\$ 2.000,00 (dois mil reais).

A remuneração deve ser provisionada diariamente (em base de 252 dias por ano) sobre o valor do patrimônio líquido do Fundo, e paga mensalmente, por períodos vencidos, até o 5º (quinto) dia útil do mês subsequente.

A Administradora poderá estabelecer que parcelas da taxa de administração sejam pagas diretamente pelo Fundo aos prestadores de serviços que tenham sido subcontratados pela Administradora, desde que o somatório dessas parcelas não exceda o montante total da taxa de administração indicada acima.

Taxa de Performance

Não será cobrada taxa de performance do Fundo.

Taxa de Ingresso e Saída

Não será cobrada qualquer taxa de ingresso ou de saída dos Cotistas.

Outros Encargos do Fundo

Constituem encargos do Fundo, além da remuneração prevista na seção “Taxa de Administração”, as seguintes despesas que lhe poderão ser debitadas pela Administradora:

- emolumentos e comissões pagos por operação de compra e venda de títulos e valores mobiliários integrantes da Carteira;
- taxas, impostos ou contribuições federais, estaduais e municipais que recaiam ou venham a recair sobre os bens, direitos e obrigações do Fundo;
- despesas com impressão, expedição e publicação de relatórios, formulários e periódicos previstos na regulamentação aplicável;
- despesas com correspondência de interesse do Fundo, inclusive comunicações aos Cotistas;
- honorários e despesas dos auditores encarregados da auditoria anual das demonstrações contábeis do Fundo;
- honorários de advogados, custas e despesas correlatas incorridas em razão de defesa dos interesses do Fundo, em juízo ou fora dele, inclusive o valor da condenação imputada ao Fundo, se for o caso;
- parcela de prejuízos eventuais não coberta por apólices de seguro e não decorrente de culpa ou negligência da Administradora no exercício de suas funções;
- prêmios de seguro, bem como quaisquer despesas relativas à transferência de recursos do Fundo entre bancos;
- quaisquer despesas inerentes à constituição, fusão, incorporação, cisão ou liquidação do Fundo e à realização de Assembléias Gerais, até o limite de R\$ 250.000,00 (duzentos e cinquenta mil reais) por exercício social, o qual poderá ser alterado por deliberação da Assembléia Geral;

- taxa de custódia dos ativos integrantes da Carteira; e
- despesas com a contratação de terceiros para prestar serviços legais, fiscais, contábeis e de consultoria especializada, até o limite de R\$ 250.000,00 (duzentos e cinquenta mil reais) por exercício social, o qual poderá ser alterado por deliberação da Assembleia Geral.

Quaisquer outras despesas, que não estejam expressamente previstas no Regulamento como encargos do Fundo, correrão por conta da Administradora, salvo decisão contrária da Assembleia Geral.

FATORES DE RISCO

O investimento nas Cotas envolve riscos significativos. Antes de tomar qualquer decisão de investimento no Fundo, os potenciais investidores devem considerar cuidadosamente todas as informações contidas neste Prospecto e no Regulamento e, em especial, os riscos mencionados abaixo. Os riscos descritos abaixo são aqueles de conhecimento da Administradora e da Gestora na data deste Prospecto. Riscos adicionais atualmente desconhecidos ou considerados irrelevantes, também podem afetar ao Fundo de forma adversa.

As aplicações realizadas no Fundo e pelo Fundo não contam com a garantia da Administradora, da Gestora, dos demais prestadores de serviços do Fundo, de qualquer mecanismo de seguro ou do Fundo Garantidor de Créditos – FGC, e podem ser adversa e materialmente afetadas por quaisquer dos fatores de risco indicados abaixo, podendo ocorrer, inclusive, perda total do patrimônio do Fundo e, conseqüentemente, do capital investido pelos Cotistas.

Riscos Relacionados à Liquidez

Restrições ao Resgate e Liquidez Reduzida das Cotas do Fundo

O Fundo, constituído sob a forma de condomínio fechado, não admite o resgate de Cotas a qualquer momento. Dessa forma, um Cotista interessado em desfazer-se de seus investimentos no Fundo deverá lançar uma oferta de venda de suas Cotas no CetipNET, ou encontrar, sob a sua exclusiva responsabilidade, um adquirente para sua participação, observado, ainda, que este deverá ser um Investidor Qualificado. Considerando tratar-se de um produto novo e que o mercado secundário existente no Brasil para negociação de cotas de fundos de investimento em participações apresenta baixa liquidez, os Cotistas poderão ter dificuldades em realizar a venda de suas Cotas no momento em que desejarem e/ou obter preços reduzidos na venda das Cotas. Os Cotistas devem estar cientes de que a liquidez das cotas de fundos de investimento em participações é considerada baixa se comparada com outros ativos financeiros.

Liquidez Reduzida dos Ativos do Fundo

Caso o Fundo precise se desfazer de parte ou da totalidade dos ativos integrantes da Carteira antes do planejado, especialmente no caso das ações de emissão da Companhia Investida, há o risco de não haver demanda por esses ativos e/ou somente haver demanda a preços reduzidos devido à sua baixa liquidez no mercado, em prejuízo do patrimônio do Fundo e, conseqüentemente, do capital investido pelos Cotistas.

Riscos Relacionados à Companhia Investida e outros Investimentos do Fundo

Pagamentos Condicionados ao Retorno dos Investimentos

Os recursos gerados pelo Fundo serão provenientes de dividendos, juros sobre capital próprio, bonificações e quaisquer outros rendimentos que sejam atribuídos aos valores mobiliários integrantes da Carteira e ao retorno do investimento na Companhia Investida. A capacidade do Fundo de amortizar as Cotas e/ou distribuir dividendos declarados em favor das ações de sua propriedade pela Companhia Investida está condicionada ao recebimento, pelo Fundo, dos recursos acima citados.

Concentração e Riscos da Carteira

A política de investimentos do Fundo prevê a aplicação de 95% (noventa e cinco por cento) de seu patrimônio líquido em valores mobiliários de uma única companhia fechada (ver “Características do Fundo – Política de Investimento, Composição e Diversificação da Carteira”), o que implicará em risco de concentração dos investimentos do Fundo em ativos de um único emissor e de pouca liquidez. Essa concentração poderá, eventualmente, acarretar perdas patrimoniais ao Fundo e aos Cotistas, tendo em vista, principalmente, que os resultados do Fundo poderão depender integralmente dos resultados atingidos pela Companhia Investida, ou de seus setores econômicos de atuação.

O Fundo poderá, ainda, ser titular de 100% (cem por cento) das ações da Companhia Investida e/ou ser acionista controlador dessa companhia, hipóteses nas quais incorrerá nos riscos de ser responsabilizado por seus atos na qualidade de acionista controlador.

Interferências Legais aos Projetos da Companhia e Decisões Judiciais Desfavoráveis

Eventuais alterações na legislação aplicável à Companhia Investida ou a seus setores de atuação poderá dificultar ou impedir a consecução de seus projetos, afetando o resultado de suas atividades, o que poderá causar um efeito prejudicial sobre a Companhia Investida e, conseqüentemente, ter um impacto negativo no valor das Cotas.

Adicionalmente, a Companhia Investida poderá vir a ser ré em demandas judiciais e, caso tais demandas venham a ser julgadas procedentes, seus negócios poderão ser afetados de forma adversa e material, o que poderá gerar uma perda patrimonial para o Fundo e os Cotistas.

Desempenho das Companhias Investidas

Os investimentos na Companhia Investida envolvem riscos relativos ao seu desempenho e ao do setor em que atua. Não há garantia quanto ao desempenho desse setor e nem tampouco certeza de que o desempenho da Companhia Investida acompanhe *pari passu* o desempenho médio do setor. Adicionalmente, ainda que o desempenho da Companhia Investida acompanhe o desempenho médio das demais empresas do seu setor de atuação, não há garantia de que o Fundo e seus Cotistas não experimentarão perdas, nem há certeza quanto à possibilidade de eliminação de tais riscos.

Dificuldade de Acesso a Informações

Os investimentos do Fundo estarão concentrados em uma companhia fechada, que, embora tenha de adotar determinadas práticas de governança corporativa (ver “Características do Fundo – Objetivos do Fundo”), não está obrigada a observar as mesmas regras que as companhias abertas, relativamente à divulgação de suas informações ao mercado e a seus acionistas, o que pode representar uma dificuldade para o Fundo quanto (i) ao bom acompanhamento das atividades e resultados da Companhia Investida, e (ii) à correta decisão sobre a liquidação do investimento, o que pode afetar negativamente o valor da Carteira e das Cotas.

Riscos de Mercado

Capacidade de Crédito

Os ativos financeiros integrantes da Carteira podem estar sujeitos à capacidade de seus emissores em honrar os compromissos de pagamento de juros e principal referentes a tais ativos. Alterações nas condições financeiras dos emissores dos ativos financeiros e/ou na percepção que os investidores têm sobre tais condições, bem como alterações nas condições econômicas e políticas que possam comprometer a sua capacidade de pagamento, podem trazer impactos significativos nos preços e na liquidez dos ativos financeiros.

O Fundo poderá, ainda, incorrer em risco de crédito na liquidação das operações realizadas por meio de corretoras e distribuidoras de títulos e valores mobiliários que venham a intermediar as operações de compra e venda de ativos em nome do Fundo. Na hipótese de falta de capacidade e/ou falta de disposição de pagamento de qualquer dos emissores de ativos ou das contrapartes nas operações integrantes da Carteira, o Fundo poderá sofrer perdas, podendo inclusive incorrer em custos para conseguir recuperar os seus créditos.

Uso de Derivativos

A contratação pelo Fundo de modalidades de operações de derivativos poderá acarretar variações no valor de seu patrimônio líquido superiores àquelas que ocorreriam se tais estratégias não fossem utilizadas. Tal situação poderá, ainda, implicar em perdas patrimoniais ao Fundo e aos Cotistas, inclusive superiores ao valor investido. Ver “– Responsabilidade Ilimitada dos Cotistas”.

Outros Riscos

Responsabilidade Ilimitada dos Cotistas

Os Cotistas respondem ilimitadamente pelo passivo do Fundo, de modo que o patrimônio pessoal de cada Cotista poderá ser atingido, caso o Fundo sofra perdas patrimoniais superiores ao capital investido. Nessa hipótese, os Cotistas poderão ser obrigados a realizar aportes de recursos adicionais de forma a cobrir os prejuízos sofridos pelo Fundo.

Não existência de Garantia de Rentabilidade

A verificação de rentabilidade passada em qualquer fundo de investimento em participações no mercado ou no próprio Fundo não representa garantia de rentabilidade futura. Adicionalmente, a aplicação dos recursos do Fundo em projetos que possuem riscos relacionados à capacidade de geração de receitas e pagamento de suas obrigações não permite, portanto, determinar qualquer parâmetro de rentabilidade seguro para as Cotas.

Descontinuidade

O Regulamento estabelece algumas hipóteses em que a Assembléia Geral poderá reduzir o Prazo de Duração ou liquidar antecipadamente o Fundo. Nessas situações, os Cotistas terão o prazo original de investimento reduzido e poderão não conseguir reinvestir os recursos recebidos com a mesma remuneração proporcionada pelo Fundo, não sendo devida pelo Fundo, pela Administradora, pela Gestora ou pelos demais prestadores de serviços do Fundo, nenhuma multa ou penalidade, a qualquer título, em decorrência desse fato.

CARACTERÍSTICAS DA DISTRIBUIÇÃO PÚBLICA

Características da Distribuição Pública

Distribuição Pública e Público Alvo

As Cotas serão objeto de distribuição pública exclusivamente no Brasil. A Distribuição Pública será conduzida pela Administradora, sob regime de melhores esforços, por meio do MDC.

O público-alvo da Distribuição Pública são, exclusivamente, planos de benefícios administrados por entidades fechadas de previdência complementar e/ou outros Investidores Qualificados.

Quantidade, Espécie e Valor das Cotas

No âmbito da Distribuição Pública, serão emitidas entre 500 (quinhentas) e 700 (setecentas) Cotas, todas nominativas e escriturais, correspondentes a frações ideais do patrimônio líquido do Fundo.

O preço de emissão inicial das Cotas foi fixado em R\$ 100.000,00 (cem mil reais) por Cota, totalizando a Distribuição Pública valor entre R\$ 35.000.000,00 (trinta e cinco milhões de reais) e R\$70.000.000,00 (setenta milhões de reais).

Direitos, Vantagens e Restrições das Cotas

As Cotas garantem a seus titulares os direitos, vantagens e restrições a elas atribuídos no Regulamento e na regulamentação aplicável, inclusive (i) o direito de participar das Assembléias Gerais e nelas exercer todas as prerrogativas conferidas às Cotas, e (ii) o direito de receber integralmente todos os recursos que venham a ser distribuídos pelo Fundo a título de amortização de Cotas e/ou as quantias atribuídas pela Companhia Investida ao Fundo, a título de dividendos, que venham a ser distribuídas pelo Fundo, nos termos do Regulamento.

Aprovação da Distribuição Pública

A Distribuição Pública foi aprovada pela Administradora em 5 de dezembro de 2007, por meio do “Instrumento Particular de Constituição do Fundo de Investimento em Participações TAG”, o qual foi devidamente registrado no 4º Ofício de Registro de Títulos e Documentos da Cidade do Rio de Janeiro, Estado do Rio de Janeiro, em 5 de dezembro de 2007, sob o nº 746682.

Registro da Distribuição Pública das Cotas

A Distribuição Pública foi registrada na CVM sob o nº [●], em [●].

Procedimentos para a Celebração de Compromissos de Investimento, Subscrição e Integralização das Cotas

Ao ingressar no Fundo, cada Cotista deverá celebrar um Compromisso de Investimento, que constituirá sua expressa ciência e concordância com todos os termos e condições do Regulamento e conterà, além das disposições referentes ao valor comprometido do Cotista em relação ao Fundo, a previsão expressa de que a Administradora deverá, conforme orientação do Comitê de Investimentos e observado o disposto no Regulamento, realizar chamadas de capital, as quais o investidor estará obrigado a honrar.

Durante o Período de Distribuição, o cotista deverá assinar um ou mais Boletins de Subscrição, limitados ao valor por ele comprometido, no âmbito do respectivo Compromisso de Investimento. A integralização das Cotas subscritas poderá ocorrer à vista ou mediante chamadas de capital.

As chamadas de capital serão realizadas pela Administradora e poderão ocorrer durante todo o Período de Investimento, devendo ser efetuadas com antecedência de, no mínimo, 5 (cinco) dias úteis em relação à data limite para integralização das Cotas, mediante correspondência ou e-mail encaminhada aos Cotistas. A obrigação do Cotista de honrar as chamadas de capital realizadas após o Período de Investimento estará automaticamente extinta, e as Cotas não integralizadas serão canceladas, não sendo mais possível a cobrança do valor comprometido pelo Cotista que não tenha sido integralizado.

As Cotas deverão ser integralizadas pelo seu preço de emissão, corrigido monetariamente pela variação do IGP-M mais 6% a.a (seis por cento ao ano), *pro rata temporis*, pelo prazo compreendido entre a data da primeira integralização de Cotas e a data da efetiva integralização das Cotas (“Correção Monetária”). Em qualquer caso, as chamadas de capital estarão limitadas ao valor total comprometido pelo Cotista, constante do respectivo Compromisso de Investimento, acrescido, se for o caso, da Correção Monetária.

A integralização das Cotas do Fundo será realizada por meio do MDC, podendo, alternativamente, ser realizada por meio de Documento de Ordem de Crédito (DOC) ou Transferência Eletrônica Disponível (TED) para a conta do Fundo.

Admite-se, ainda, mediante prévia aprovação do Comitê de Investimentos, a integralização de Cotas por meio de títulos ou valores mobiliários, sendo que, na hipótese de títulos ou valores mobiliários sem cotação de mercado, estes deverão ser avaliados de acordo com laudo de avaliação elaborado por empresa especializada.

A integralização de Cotas por meio de títulos ou valores mobiliários deverá ocorrer sempre de forma proporcional ao valor dos ativos da Carteira, exceto se expressamente autorizada, por maioria absoluta em Assembléia Geral, a aplicação desproporcional. Será observado, durante a vigência da CPMF, o disposto na Instrução CVM 394.

No ato de cada integralização de Cotas, o subscritor deverá receber comprovante de pagamento referente à respectiva integralização, que será devidamente autenticado pela Administradora ou emitido pela CETIP, conforme o caso.

O Cotista que não fizer o pagamento nas condições previstas no Regulamento, no Compromisso de Investimento e/ou no respectivo Boletim de Subscrição ficará de pleno direito constituído em mora, sujeitando-se ao pagamento de seu débito, atualizado pelo IPCA, *pro rata temporis*, e de uma multa mensal de 2% (dois por cento) sobre o débito corrigido, cujo montante será revertido em favor do Fundo.

Verificada a mora do Cotista, o Fundo promoverá contra o Cotista processo de execução para cobrar as importâncias devidas a título de integralização de Cotas, incluindo a correção monetária pelo IGP-M, acrescidas da atualização monetária e multa previstas acima, servindo o Compromisso de Investimento, o Boletim de Subscrição e o aviso de chamada de capital como títulos extrajudiciais, nos termos do Código de Processo Civil Brasileiro.

As Cotas não integralizadas no prazo de 90 (noventa) dias após a data indicada pela Administradora para sua integralização no âmbito da respectiva chamada de capital, observados os termos e condições previstos no Regulamento, no Compromisso de Investimento e/ou no Boletim de Subscrição, serão automaticamente canceladas, sendo que, nesta hipótese, o Fundo manterá o processo de execução em andamento para cobrança da atualização monetária e multa mencionadas acima.

Integralização das Cotas Constitutivas do Patrimônio Inicial Mínimo

Sem prejuízo das chamadas de capital mencionadas no item anterior, o prazo para subscrição e integralização das Cotas constitutivas do Patrimônio Inicial Mínimo é de 180 (cento e oitenta) dias, contado da data de registro do Fundo na CVM e prorrogável mediante aprovação da Assembléia Geral.

Findo o prazo estabelecido no parágrafo anterior, caso o Patrimônio Inicial Mínimo não seja atingido, as Cotas não subscritas e/ou não integralizadas serão automaticamente canceladas e o patrimônio líquido do Fundo será restituído aos subscritores nas proporções dos valores integralizados, acrescidos dos rendimentos líquidos auferidos pelas aplicações do Fundo e deduzidos de seus custos, despesas e tributos.

Aplicação dos Recursos

As importâncias recebidas pelo Fundo a título de integralização das Cotas subscritas deverão ser depositadas em conta corrente em nome do Fundo, sendo obrigatória a sua aplicação de acordo com a política de investimento do Fundo no prazo máximo de 180 (cento e oitenta) dias, sendo que, até a sua aplicação, tais recursos deverão ser investidos, no prazo de até 1 (um) dia útil a contar de seu recebimento, em títulos de renda fixa, públicos ou privados, ou em cotas de fundos de investimento com características de renda fixa.

Na hipótese de os valores integralizados não serem utilizados para fins de aquisição de valores mobiliários de emissão da Companhia Investida e/ou outros ativos, de acordo com a política de investimento do Fundo, no prazo de 180 (cento e oitenta) dias, a parcela do patrimônio líquido do Fundo que não esteja investida de acordo com sua política de investimento será, no prazo de até 5 (cinco) dias úteis, restituída aos Cotistas, nas proporções das Cotas por eles detidas, a título de amortização de Cotas.

Valor Mínimo de Investimento

O valor mínimo individual de subscrição é de R\$ 100.000,00 (cem mil reais).

Limitação ao Investimento por Entidade Fechada de Previdência Complementar

Nenhum Cotista que seja entidade fechada de previdência complementar poderá, isoladamente, deter mais de 25% (vinte e cinco por cento) das Cotas emitidas pelo Fundo, ou em conjunto com pessoas a ele ligadas, deter mais de 40% (quarenta por cento) das Cotas emitidas pelo Fundo.

Para efeito da limitação ora imposta, consideram-se pessoas ligadas ao Cotista sua(s) patrocinadora(s) e respectivas controladoras, controladas (direta ou indiretamente), coligadas ou sociedades sob controle comum.

Cronograma da Distribuição Pública

Evento	Data de Realização / Data Prevista (*)
Deliberação da Administradora para aprovar a Distribuição Pública	05.12.2007
Registro do Fundo e da Distribuição Pública na CVM	[●].2007
Publicação do Anúncio de Início Início do Período de Distribuição	[●].2007
Término do Período de Distribuição Término do prazo para integralização das Cotas constitutivas do Patrimônio Inicial Mínimo Publicação do Anúncio de Encerramento	[●].2007

(*) Tais datas são meramente estimativas e estão sujeitas a alterações, atrasos e antecipações sem aviso prévio, a critério da Administradora e da Gestora.

Alteração das Circunstâncias, Revogação e Modificação da Distribuição Pública

A Administradora pode requerer à CVM a modificação ou revogação da Distribuição Pública, caso ocorra, a juízo da CVM, alteração substancial, posterior e imprevisível nas circunstâncias de fato existentes quando da apresentação do pedido do registro de distribuição, ou que o fundamentem, acarretando um aumento relevante dos riscos por ela assumidos e inerentes à própria Distribuição Pública.

Adicionalmente, a Administradora pode modificar, a qualquer tempo, a Distribuição Pública, a fim de melhorar seus termos e condições para os investidores, conforme disposto no artigo 25, § 3º, da Instrução CVM 400. Caso o requerimento de modificação das condições da Distribuição Pública seja deferido, a CVM poderá, por iniciativa própria ou por pedido da Administradora, prorrogar o prazo para distribuição da Distribuição Pública por até 90 (noventa) dias, contados da aprovação do pedido de modificação.

Se a Distribuição Pública for revogada, os Compromissos de Investimento e Boletins de Subscrição firmados anterior ou posteriormente à revogação serão considerados ineficazes, devendo ser restituídos integralmente aos subscritores os valores já integralizados, sem qualquer acréscimo, conforme disposto no artigo 26 da Instrução CVM 400, sendo permitida a dedução do valor relativo à CPMF.

A revogação ou qualquer modificação da Distribuição Pública será imediatamente divulgada por meio de “Anúncio de Retificação”, a ser publicado no jornal “Diário Mercantil”, veículo também utilizado para a divulgação do Anúncio de Início, conforme disposto no artigo 27 da Instrução CVM 400, e do Anúncio de Encerramento.

Em se tratando de modificação da Distribuição Pública, após a publicação do Anúncio de Início, a Administradora deverá se acautelar e se certificar, no momento do recebimento dos Compromissos de Investimento e Boletins de Subscrição, de que o subscritor está ciente de que a Distribuição Pública original foi alterada e de que tem conhecimento das novas condições. Os investidores que já tiverem aderido à Distribuição Pública, por meio da entrega à Administradora do respectivo Compromisso de Investimento, deverão ser comunicados diretamente a respeito da modificação efetuada, para que confirmem, no prazo de 5 (cinco) dias úteis do recebimento da comunicação, o interesse em manter seu investimento no Fundo, sendo presumida a manutenção em caso de silêncio.

Suspensão e Cancelamento da Distribuição Pública

Nos termos do artigo 19 da Instrução CVM 400, a CVM (i) poderá suspender ou cancelar, a qualquer tempo, uma oferta que (a) esteja se processando em condições diversas das constantes da Instrução CVM 400 ou do registro; ou (b) tenha sido havida por ilegal, contrária à regulamentação da CVM ou fraudulenta, ainda que depois de obtido o respectivo registro; e (ii) deverá suspender qualquer oferta quando verificar ilegalidade ou violação de regulamento sanáveis. O prazo de suspensão de uma oferta não poderá ser superior a 30 (trinta) dias, durante o qual a irregularidade apontada deverá ser sanada. Findo tal prazo sem que tenham sido sanados os vícios que determinaram a suspensão, a CVM deverá ordenar a retirada da referida oferta e cancelar o respectivo registro.

A suspensão ou o cancelamento da Distribuição Pública será informado aos investidores que já tenham aderido à Distribuição Pública, por meio da entrega à Administradora de Compromissos de Investimento e da assinatura dos respectivos Boletins de Subscrição, sendo-lhes facultado, na hipótese de suspensão, a possibilidade de revogar o respectivo Compromisso de Investimento e eventuais Boletins de Subscrição já assinados até o 5º (quinto) dia útil subsequente ao recebimento da referida comunicação. Todos os investidores que já tenham entregue à Administradora Compromissos de Investimento e Boletins de Subscrição, na hipótese de cancelamento da Distribuição Pública, e os investidores que tenham revogado seus Compromissos de Investimento e Boletins de Subscrição, na hipótese de suspensão, conforme previsto acima, terão direito à restituição integral dos valores integralizados, que serão devolvidos sem juros ou correção monetária, sem reembolso e com dedução, se a alíquota for superior a zero, dos valores relativos à incidência da CPMF, no prazo de 3 (três) dias úteis contados do recebimento da revogação do Compromisso de Investimento e Boletim de Subscrição ou da comunicação do cancelamento da Distribuição Pública, conforme o caso.

Negociação de Cotas

As Cotas serão admitidas à negociação, no mercado secundário, no SFF, cabendo aos intermediários assegurar que a aquisição de Cotas somente seja feita por Investidores Qualificados. Será possível, ainda, o lançamento de ofertas de compra ou venda de Cotas por meio do CetipNET.

Custos de Distribuição

Todos os custos de distribuição, quando existentes, serão responsabilidade da Administradora, sendo que os custos de distribuição previstos são:

Custos	Custo Total (em R\$)	% em Relação ao valor da Distribuição Pública*
Comissões		
<i>Comissão de Coordenação</i>	0	0%
<i>Comissão de Colocação</i>	0	0%
<i>Comissão de Garantia de Subscrição</i>	0	0%
<i>Outras Comissões</i>	0	0%
Custo Unitário de Distribuição	0	0%
Despesas decorrentes do Registro		
<i>Taxa de Registro de Distribuição</i>	R\$ 82.870,00	0,118%
<i>Outras Despesas de Registro</i>	R\$ 400,00	0,001%
Outros Custos		
<i>Advogados</i>	R\$ 100.000,00	0,143%
<i>Publicidade</i>	R\$ 4.000,00	0,006%
Total	R\$ 187.270,00	0,267%

* Considerando o valor total da Distribuição Pública de R\$ 70.000.000,00 (setenta milhões de reais).

Outras Informações

Para maiores esclarecimentos a respeito da Distribuição Pública e do Fundo, bem como para obtenção de cópias do Regulamento e deste Prospecto, os interessados deverão dirigir-se à CVM ou à sede da Administradora ou da Gestora, nos endereços indicados nas seções “Informações Básicas sobre o Fundo” e “Identificação de Prestadores de Serviços e Outros”, sendo que este Prospecto encontra-se à disposição dos investidores na CVM e na CETIP apenas para consulta e reprodução.

CARACTERÍSTICAS DO FUNDO

Informações Gerais sobre o Fundo

Base Legal

O Fundo de Investimento em Participações TAG é um fundo de investimento em participações, constituído sob a forma de condomínio fechado, regido por seu Regulamento e pelas disposições legais e regulamentares que lhe forem aplicáveis, especialmente a Instrução CVM 391.

Público Alvo

O Fundo destina-se à aplicação exclusivamente por planos de benefícios administrados por entidades fechadas de previdência complementar e/ou outros Investidores Qualificados.

Nos termos do artigo 109 da Instrução CVM 409, são considerados Investidores Qualificados:

- instituições financeiras;
- companhias seguradoras e sociedades de capitalização;
- entidades abertas e fechadas de previdência complementar;
- pessoas físicas ou jurídicas que possuam investimentos financeiros em valor superior a R\$ 300.000,00 (trezentos mil reais) e que, adicionalmente, atestem por escrito sua condição de investidor qualificado mediante termo próprio;
- fundos de investimento destinados exclusivamente a investidores qualificados;
- administradores de carteira e consultores de valores mobiliários autorizados pela CVM, em relação a seus recursos próprios; e
- regimes próprios de previdência social instituídos pela União, pelos Estados, pelo Distrito Federal ou por Municípios.

Data de Constituição e Autorização para Funcionamento do Fundo

O Fundo foi constituído pela Administradora em 5 de dezembro de 2007, e seus atos constitutivos e regulamento foram arquivados no 4º Ofício de Registro de Títulos e Documentos da Cidade do Rio de Janeiro, Estado do Rio de Janeiro, em 5 de dezembro de 2007, sob o nº 746682. Em 12 e 13 de dezembro de 2007, a Administradora aprovou alterações e consolidações do Regulamento, por meio de “Instrumento Particular de Alteração do Regulamento do Fundo de Investimento em Participações TAG”, os quais foram devidamente registrados no 4º Ofício de Registro de Títulos e Documentos da Cidade do Rio de Janeiro, Estado do Rio de Janeiro, em 12 e 13 de dezembro de 2007, sob o nº 747315 e 747450, respectivamente.

A autorização da CVM para o funcionamento do Fundo foi obtida em [●], sob o nº de registro [●]. O código do Fundo perante a CVM é [●].

Prazo de Duração

O Fundo terá prazo de duração de 7 (sete) anos, contado da data da primeira integralização de Cotas. O período de 5 (cinco) anos, contado do início do Prazo de Duração será destinado a investimentos e o período de 2 (dois) anos, após o término do Período de Investimento, será destinado a desinvestimentos, sendo que, durante o Período de Desinvestimento, os investimentos do Fundo serão liquidados, de forma ordenada, a critério do Comitê de Investimentos, visando a otimização do desinvestimento da Carteira.

A Assembléia Geral poderá (i) reduzir, a qualquer tempo, o Período de Investimento e/ou o Período de Desinvestimento; (ii) prorrogar, por períodos sucessivos de 1 (um) ano, o Período de Investimento, sendo que, neste caso, a Assembléia Geral deverá se realizar com antecedência mínima de 6 (seis) meses da data do término do Período de Investimento; ou (iii) prorrogar, por períodos sucessivos de 1 (um) ano, o Período de Desinvestimento, sendo que, neste caso, a Assembléia Geral deverá se realizar com antecedência mínima de 1 (um) mês da data do término do Período de Desinvestimento.

Foro

O foro competente para dirimir controvérsias relativas ao Fundo ou questões decorrentes do Regulamento é o foro da Cidade do Rio de Janeiro, Estado do Rio de Janeiro, com expressa renúncia de qualquer outro, por mais privilegiado que possa ser.

Prestadores de Serviços

Para informações sobre os prestadores de serviços do Fundo, ver seção “Identificação dos Prestadores de Serviços do Fundo e Outros”.

Objetivo e Investimentos do Fundo

Objetivo do Fundo

O objetivo do Fundo é buscar, no longo prazo, a valorização do capital investido, por meio da aquisição de ações, debêntures conversíveis ou bônus de subscrição de emissão exclusivamente da Companhia Investida, e/ou outros ativos, de acordo com a política de investimento do Fundo.

A Companhia Investida deverá seguir, no mínimo, as práticas de governança corporativa previstas na Instrução CVM 391 e no Regulamento, quais sejam:

- proibição de emissão de partes beneficiárias e inexistência destes títulos em circulação;
- previsão de mandato unificado de 1 (um) ano para todo o conselho de administração;
- disponibilização de contratos com partes relacionadas, acordos de acionistas e programas de opções de aquisição de ações ou de outros títulos ou valores mobiliários de emissão da Companhia Investida;
- adesão à câmara de arbitragem para resolução de conflitos societários;
- auditoria anual de suas demonstrações contábeis por auditores independentes registrados na CVM; e
- no caso de abertura de seu capital, obrigar-se, perante o Fundo, a aderir a segmento especial de bolsa de valores ou de entidade mantenedora de mercado de balcão organizado que assegure, no mínimo, os níveis diferenciados de práticas de governança corporativa previstos nos itens anteriores.

Política de Investimento, Composição e Diversificação da Carteira

A Carteira será composta por, no mínimo de 95% (noventa e cinco por cento) de ações, debêntures conversíveis ou bônus de subscrição de emissão exclusivamente da Companhia Investida, sendo permitido ao Fundo aplicar seus excedentes de caixa em títulos de renda fixa, públicos ou privados, estes desde que considerados, com base em classificação efetuada por agência classificadora de risco em funcionamento no País, como de baixo risco de crédito, ou em cotas de fundos de investimento com características de renda fixa, inclusive fundos de investimento administrados pela Administradora ou pela Gestora.

É vedada ao Fundo a realização de operações com derivativos, exceto se exclusivamente para fins de proteção patrimonial e desde que não gere exposição superior a uma vez o patrimônio líquido do Fundo.

O Fundo poderá aplicar até 100% (cem por cento) de seus recursos em na Companhia Investida, bem como deter participação de até 100% (cem por cento) do capital da Companhia Investida.

Salvo se houver a aprovação da maioria dos Cotistas reunidos em Assembléia Geral, é vedada a realização de operações pelo Fundo nas quais seja possível a identificação de existência de conflitos de interesses entre a Administradora, a Gestora e/ou os Cotistas, e o investimento realizado.

Cotas, Negociação e Transferência

Características das Cotas

As Cotas do Fundo corresponderão a frações ideais de seu patrimônio, constituído pelo resultado da soma do disponível, do valor da Carteira e dos valores a receber, subtraído das exigibilidades, dividido pelo número total de Cotas emitidas.

As Cotas terão a forma nominativa e serão escriturais, assegurando aos seus titulares direitos idênticos, sendo que sua propriedade presumir-se-á por extrato de conta de depósito, aberta em nome de cada Cotista, ou por extrato expedido pela CETIP, conforme o caso.

Emissão e Distribuição das Cotas

O Fundo emitirá e distribuirá, inicialmente, entre 500 (quinhentas) e 700 (setecentas) Cotas, a serem subscritas ao preço de emissão inicial de R\$ 100.000,00 (cem mil reais) por Cota.

Novas distribuições de Cotas do Fundo dependerão de prévia deliberação da Assembléia Geral de Cotistas e registro – ou dispensa, conforme o caso – da oferta de distribuição na CVM. Caso venha ocorrer nova distribuição de Cotas, será utilizado como preço de emissão o valor apurado no fechamento do primeiro dia útil subsequente ao da efetiva

disponibilidade de recursos pelos Cotistas em favor do Fundo ou de instituição financeira contratada para efetuar a distribuição das respectivas Cotas, resultado da divisão do patrimônio líquido do Fundo pelo número de Cotas já emitidas, ou aquele que vier a ser estabelecido pela Assembléia Geral. As ofertas de distribuição de Cotas poderão ser efetuadas com ou sem a elaboração de prospecto.

As Cotas terão registro para distribuição no mercado primário no MDC.

Subscrição e Integralização das Cotas

O procedimento para a subscrição e integralização das Cotas da primeira emissão do Fundo encontra-se previsto na seção “Características da Distribuição Pública – Procedimentos para a Celebração de Compromissos de Investimento, Subscrição e Integralização das Cotas”.

Valor Mínimo e Máximo de Investimento

O valor mínimo para subscrição por Cotista é de R\$ 100.000,00 (cem mil reais).

Nenhum Cotista que seja entidade fechada de previdência complementar poderá, isoladamente, deter mais de 25% (vinte e cinco por cento) das Cotas, ou em conjunto com pessoas a ele ligadas, deter mais de 40% (quarenta por cento) das Cotas. Para efeito da limitação ora imposta, consideram-se pessoas ligadas ao Cotista sua(s) patrocinadora(s) e respectivas controladoras, controladas (direta ou indiretamente), coligadas ou sociedades sob controle comum.

Negociação de Cotas

As Cotas serão admitidas à negociação, no mercado secundário, no SFF, cabendo aos intermediários assegurar que a aquisição de Cotas somente seja feita por Investidores Qualificados. Será possível, ainda, o lançamento de ofertas de compra ou venda de Cotas por meio do CetipNET.

Transferência das Cotas

Adicionalmente à negociação das cotas por meio do SFF e do CetipNET, as Cotas poderão ser transferidas observadas as condições previstas no Regulamento e na legislação aplicável, mediante termo de cessão e transferência assinado pelo cedente e pelo cessionário, do qual conste obrigatoriamente a quantidade e o valor das Cotas, devendo ser registrado em cartório de títulos e documentos e apresentado à Administradora e, se for o caso, à CETIP, como condição para a referida transferência.

As Cotas somente poderão ser transferidas se estiverem integralizadas ou, caso não estejam, se o cessionário assumir, por escrito, solidariamente com o cedente, todas as obrigações deste perante o Fundo no tocante à sua integralização.

Os cessionários de Cotas serão obrigatoriamente Investidores Qualificados e deverão aderir aos termos e condições do Fundo, por meio da assinatura e entrega à Administradora e à CETIP, se for o caso, dos documentos por estes exigidos, necessários para o cumprimento da legislação em vigor e efetivo registro como Cotistas.

Os Cotistas deverão manter em boa guarda e ordem, por todo o Prazo de Duração, os documentos que formalizarem as cessões ou transferências de Cotas, especialmente aquelas realizadas fora do ambiente de negociação da CETIP, sempre com a indicação da quantidade e do valor das Cotas adquiridas.

Os documentos mencionados acima deverão ser apresentados à Administradora por ocasião da liquidação do Fundo ou da amortização das Cotas, sendo que, no caso de não apresentação dos documentos, a Administradora reterá e recolherá os tributos previstos na legislação aplicável, sobre o valor total do resgate (na liquidação do Fundo) ou da amortização.

Patrimônio Inicial Mínimo

O patrimônio inicial mínimo para funcionamento do Fundo é de R\$ 35.000.000,00 (trinta e cinco milhões de reais), sendo que o prazo para integralização das Cotas constitutivas do Patrimônio Inicial Mínimo é de 180 (cento e oitenta) dias, contado da data de registro do Fundo na CVM, prorrogável mediante aprovação da Assembléia Geral.

Findo o prazo estabelecido no parágrafo anterior, caso o Patrimônio Inicial Mínimo não seja atingido, as Cotas não subscritas e/ou não integralizadas serão automaticamente canceladas e o patrimônio líquido do Fundo será restituído aos subscritores nas proporções dos valores integralizados, acrescidos dos rendimentos líquidos auferidos pelas aplicações do Fundo e deduzidos de seus custos, despesas e tributos.

Amortização e Resgate de Cotas

Amortização de Cotas e Distribuição de Dividendos Recebidos pelo Fundo

Os recursos provenientes da alienação dos valores mobiliários de emissão da Companhia Investida, deduzidos os compromissos presentes e futuros do Fundo, assim como quaisquer valores recebidos pelo Fundo, exceto dividendos, em decorrência de seus investimentos, serão reinvestidos de acordo com a política de investimento do Fundo, exceto se deliberada a sua distribuição, a título de amortização de Cotas, pela Assembleia Geral. Neste caso, caberá à Administradora tornar operacional a decisão da Assembleia Geral no prazo máximo de 10 (dez) dias úteis.

O Fundo poderá realizar a amortização de cotas exclusivamente com valores de principal, desde que haja prévia aprovação da Assembleia Geral e que o Comitê de Investimentos envie à Administradora as informações por esta solicitadas, necessárias à operacionalização dos respectivos pagamentos aos Cotistas. Nas hipóteses de não haver aprovação pela Assembleia Geral ou de não serem disponibilizadas as informações solicitadas pela Administradora, a amortização das Cotas abrangerá, necessariamente, rendimentos e juros.

A amortização de Cotas somente será permitida após 1 (um) ano, contado da data da primeira aquisição, pelo Fundo, de valores mobiliários de emissão da Companhia Investida.

As quantias atribuídas ao Fundo a título de dividendos, declarados em favor das ações de sua propriedade e que venham a ser distribuídos a qualquer tempo pela Companhia Investida, serão distribuídas aos Cotistas, na proporção das Cotas por eles detidas em, no máximo, 10 (dez) dias úteis após o seu recebimento pelo Fundo.

As amortizações de Cotas e os pagamentos de rendimentos aos Cotistas serão realizados por meio de sistema operacionalizado pela CETIP, podendo, alternativamente, ser feitos por meio de Documento de Ordem de Crédito (DOC) ou Transferência Eletrônica Disponível (TED).

Mediante aprovação da Assembleia Geral, será possível a utilização de bens e direitos, inclusive valores mobiliários, na amortização de Cotas, bem como na liquidação do Fundo, devendo a respectiva Assembleia Geral estabelecer oportunamente os critérios detalhados e específicos para a adoção de tais procedimentos, observando-se, durante a vigência da CPMF, o disposto na Instrução CVM 394.

O Fundo não poderá realizar amortizações de Cotas e/ou pagamentos de rendimentos aos Cotistas durante o período compreendido entre o envio de cada aviso de chamada de capital aos subscritores e a data limite para a integralização das respectivas Cotas.

Resgate

Não haverá resgate de Cotas, a não ser pelo término do Prazo de Duração ou pela liquidação do Fundo, não se confundindo os eventos de resgate com as amortizações previstas acima.

Desinvestimento

Durante o Período de Desinvestimento, a Gestora, conforme orientação do Comitê de Investimentos, promoverá a liquidação dos investimentos na Companhia Investida, sendo que o produto oriundo de tal liquidação será destinado à amortização de Cotas. Não obstante, a Gestora, conforme orientação do Comitê de Investimentos, poderá realizar o reinvestimento de parcela desses recursos em ativos líquidos, desde que para o fim exclusivo de manter reserva para o pagamento das despesas e obrigações do Fundo, até o final do Prazo de Duração.

A liquidação dos investimentos na Companhia Investida poderá ser feita de uma das formas a seguir, sempre se levando em consideração a opção que possa gerar, a critério do Comitê de Investimentos, maior resultado para os Cotistas:

- alienação em mercado de balcão não organizado, por meio de oferta pública inicial, ou não, de distribuição de ações de emissão da Companhia Investida, no Brasil, com ou sem esforços de colocação no exterior;
- alienação em bolsa de valores ou mercado de balcão organizado, no Brasil;
- exercício, em bolsa de valores ou mercado de balcão organizado, no Brasil, de opções de venda negociadas quando da realização dos investimentos ou em momento posterior; ou
- alienação por meio de transações privadas.

Caso, ao final do Período de Desinvestimento, os investimentos do Fundo na Companhia Investida não tenham sido integralmente liquidados, a Administradora deverá convocar Assembleia Geral para deliberar sobre:

- a forma de liquidação desses ativos;
- a prorrogação do Período de Desinvestimento, para que a Gestora tenha período adicional para liquidar esses ativos; ou

- os procedimentos para a utilização desses ativos como forma de pagamento pelo resgate das cotas do Fundo, por ocasião de sua liquidação (Ver “– Liquidação do Fundo”).

Liquidação do Fundo

O Fundo entrará em liquidação ao final do Prazo de Duração ou de sua prorrogação, ou por deliberação da Assembléia Geral.

Por ocasião da liquidação do Fundo, a Gestora, conforme orientação do Comitê de Investimentos, promoverá a realização dos ativos integrantes da Carteira e o produto resultante será entregue aos Cotistas como forma de pagamento pelo resgate de suas Cotas, na proporção de cada Cotista no patrimônio líquido do Fundo.

A realização dos ativos que compõem a Carteira poderá ser feita mediante sua alienação por meio de transações privadas, alienação em bolsa de valores ou mercado de balcão, resgate de aplicações financeiras ou outras formas, a critério do Comitê de Investimentos. A Administradora deverá convocar Assembléia Geral para deliberar sobre a destinação de ativos de baixa liquidez, caso a Gestora encontre dificuldade na alienação desses ativos a preço justo.

Mediante prévia aprovação da Assembléia Geral, a Administradora poderá promover a divisão do patrimônio do Fundo entre os Cotistas, na proporção do número de Cotas detido por cada Cotista, mediante a utilização dos ativos integrantes da Carteira como forma de pagamento pelo resgate das Cotas. No caso de resgate de Cotas mediante a utilização dos ativos integrantes da Carteira, durante a vigência da CPMF, será observado o disposto na Instrução CVM 394.

A liquidação do Fundo e a divisão de seu patrimônio entre os Cotistas deverão ocorrer no prazo de 30 (trinta) dias, contados do encerramento do Prazo de Duração ou da data da realização da Assembléia Geral que deliberar sobre a liquidação do Fundo, conforme o caso.

Após a divisão do patrimônio do Fundo entre os Cotistas, a Administradora deverá promover o encerramento do Fundo, encaminhando à CVM, no prazo de 10 (dez) dias, contados da data em que os recursos provenientes da liquidação forem disponibilizados aos Cotistas, a documentação referida na regulamentação da CVM, assim como praticar todos os atos necessários ao encerramento do Fundo perante quaisquer autoridades.

Outras Informações Importantes

Exercício Social, Demonstrações Contábeis e Metodologia para Avaliação dos Ativos

O exercício social do Fundo terá a duração de 1 (um) ano e terminará no dia 31 de dezembro de cada ano, quando serão elaboradas as demonstrações financeiras previstas na regulamentação vigente.

O Fundo terá escrituração contábil própria, devendo as aplicações, as contas e as demonstrações contábeis do Fundo ser segregadas das da Administradora e das da Gestora. O Fundo levantará balanços semestrais, em 30 de junho de cada ano, e anuais, em 31 de dezembro de cada ano.

As demonstrações financeiras do Fundo, inclusive os critérios de provisionamento e baixa de investimentos, estarão sujeitas às normas de escrituração expedidas pela CVM e serão auditadas anualmente por auditor independente registrado na CVM, sendo que, conforme previsto no Regulamento, somente serão provisionadas perdas consideradas permanentes nos ativos integrantes da Carteira.

A avaliação do valor da Carteira será feita utilizando-se os seguintes critérios:

- títulos públicos – serão avaliados pelos preços unitários de títulos públicos divulgados pelo Mercado Secundário de Títulos Públicos da Associação Nacional das Instituições do Mercado Aberto (“ANDIMA”);
- títulos privados – serão avaliados de acordo com a seguinte ordem de prioridade:
 - caso o ativo possua taxa divulgada pela ANDIMA, essa taxa será utilizada para calcular o valor de mercado;
 - caso o ativo não tenha taxa divulgada pela ANDIMA, o valor de mercado será dado pela mediana de preços fornecidos por um *pool* de *players* com forte participação no mercado (“PIC”);
 - quando os dados disponíveis não forem de qualidade e/ou quantidade mínima para o cálculo do PIC, o valor do título será apurado usando a metodologia de precificação cruzada; e
 - caso não haja dados para a precificação cruzada ou o fluxo de amortização do título não seja pré-definido, o ativo será avaliado na curva de aquisição.
- ações – serão utilizadas as cotações referentes ao preço médio do dia negociadas na Bovespa, obtidas por um arquivo enviado pela própria Bovespa. Para ativos sem negociação, o valor do título será estabelecido de acordo com os seguintes critérios:
 - custo de aquisição;

- última cotação disponível;
- último valor patrimonial do título divulgado à CVM; ou
- valor líquido provável de realização obtido mediante adoção de técnica ou modelo de precificação.

Política de Divulgação de Informações

A Administradora deverá divulgar a todos os Cotistas e à CVM qualquer ato ou fato relevante atinente ao Fundo, exceto com relação a informações sigilosas referentes à Companhia Investida, obtidas pela Administradora e/ou pela Gestora sob compromisso de confidencialidade ou em razão de suas funções regulares enquanto membro ou participante dos órgãos de administração ou consultivos da Companhia Investida. Em qualquer caso, a Administradora fica obrigada a enviar à CVM, simultaneamente, exemplares de quaisquer comunicações relativas ao Fundo divulgadas para Cotistas ou terceiros.

Além disso, a Administradora deverá remeter à CVM, por meio do Sistema de Envio de Documentos disponível na página da CVM na rede mundial de computadores, e aos Cotistas as seguintes informações relativas ao Fundo, em conformidade com o estabelecido no Regulamento e na regulamentação em vigor:

- a) trimestralmente, no prazo de 15 (quinze) dias após o encerramento do trimestre civil:
 - o valor do patrimônio líquido do Fundo; e
 - número de Cotas emitidas.
- b) semestralmente, no prazo de 60 (sessenta) dias após o encerramento do período:
 - a composição da Carteira, discriminando quantidade e espécie dos títulos e valores mobiliários que a integram;
 - demonstrações contábeis do Fundo acompanhadas da declaração a que se refere o artigo 14, inciso V, da Instrução CVM 391;
 - os encargos debitados ao Fundo, devendo ser especificado o seu valor; e
 - a relação das instituições encarregadas da prestação de serviços de custódia dos títulos e valores mobiliários componentes da Carteira.
- c) anualmente, no prazo de 90 (noventa) dias após o encerramento do exercício social:
 - as demonstrações contábeis do exercício acompanhadas de parecer do auditor independente;
 - o valor patrimonial da Cota na data do fechamento do balanço e sua rentabilidade no período; e
 - os encargos debitados ao Fundo, devendo ser especificado seu valor e percentual em relação ao patrimônio líquido médio anual do Fundo.

É permitida a remessa das informações acima por meio eletrônico aos Cotistas, desde que estes sejam devidamente comunicados.

Adicionalmente, será fornecido aos Cotistas, contra recibo, no ato de seu ingresso no Fundo: (i) exemplar do Regulamento e, em caso de distribuição de Cotas com elaboração de prospecto, exemplar do respectivo prospecto; (ii) breve descrição da qualificação e experiência profissional da Administradora e da Gestora na administração ou gestão de carteiras; e (iii) documento de que constem claramente as despesas com comissões ou taxa de subscrição, distribuição e outras com que o Cotista tenha de arcar.

ADMINISTRAÇÃO E GESTÃO

Prestadores de Serviços de Administração e Gestão do Fundo

O Fundo é administrado pela Mellon Serviços Financeiros Distribuidora de Títulos e Valores Mobiliários S.A. Os serviços de gestão da Carteira serão prestados pela BNY Mellon Asset Management Brasil Ltda.

Para maiores informações sobre a Administradora e a Gestora, ver “Identificação dos Prestadores de Serviços do Fundo e Outros”.

Obrigações da Administradora

Além das atribuições que lhe são conferidas por força de lei, da regulamentação aplicável ao Fundo e do Regulamento, são obrigações da Administradora:

- a) manter, às suas expensas, atualizados e em perfeita ordem, por 5 (cinco) anos após o encerramento do Fundo:
 - os registros de Cotistas e de transferências de Cotas;
 - o livro de atas das Assembléias Gerais;
 - o livro de presença de Cotistas;
 - o arquivo de pareceres dos auditores independentes;
 - os registros contábeis referentes às operações e ao patrimônio do Fundo;
 - a documentação relativa às operações e ao patrimônio do Fundo.
- b) receber dividendos, bonificações e quaisquer outros rendimentos ou valores atribuídos ao Fundo;
- c) custear, às suas expensas, as despesas de propaganda do Fundo;
- d) pagar, às suas expensas, eventuais multas cominatórias impostas pela CVM, nos termos da legislação vigente, em razão de atrasos no cumprimento dos prazos previstos na legislação aplicável ou no Regulamento;
- e) elaborar, a partir das informações prestadas pelo Comitê de Investimentos, junto com as demonstrações contábeis semestrais e anuais, parecer a respeito das operações e resultados do Fundo, incluindo a declaração de que foram obedecidas as disposições da legislação aplicável e do Regulamento;
- f) fornecer aos Cotistas que, isolada ou conjuntamente, sendo titulares de pelo menos 10% (dez por cento) das Cotas emitidas, assim requererem, estudos e análises de investimento, obtidos pela Administradora com o Comitê de Investimentos, que fundamentem as decisões a serem tomadas em assembléia geral, quando for o caso, incluindo os registros apropriados com as justificativas das recomendações e respectivas decisões;
- g) se houver, fornecer aos Cotistas que, isolada ou conjuntamente, sendo titulares de pelo menos 10% (dez por cento) das Cotas emitidas, assim requererem, atualizações periódicas dos estudos e análises obtidos pela Administradora com o Comitê de Investimentos, permitindo acompanhamento dos investimentos realizados, objetivos alcançados, perspectivas de retorno e identificação de possíveis ações que maximizem o resultado do investimento;
- h) no caso de instauração de procedimento administrativo pela CVM, manter a documentação referida no item “a” acima até o término do mesmo;
- i) exercer, ou diligenciar para que sejam exercidos, todos os direitos inerentes ao patrimônio e às atividades do Fundo;
- j) transferir ao Fundo qualquer benefício ou vantagem que possa alcançar em decorrência de sua condição de Administradora;
- k) manter os títulos e valores mobiliários fungíveis integrantes da Carteira custodiados em entidade de custódia autorizada ao exercício da atividade pela CVM;
- l) elaborar e divulgar as informações previstas no Regulamento e na legislação vigente;
- m) conforme orientação do Comitê de Investimentos, propor a adoção de medidas judiciais e extrajudiciais na defesa dos interesses do Fundo;
- n) firmar, em nome do Fundo, diretamente ou mediante procurador, acordos de acionistas da Companhia Investida ou, conforme o caso, ajustes de natureza diversa que tenham por objeto assegurar ao Fundo

efetiva influência na definição de sua política estratégica e gestão, mediante prévia e expressa orientação do Comitê de Investimentos;

- o) outorgar procuração para pessoa indicada pelo Comitê de Investimentos para comparecer e votar em assembleias gerais e especiais da Companhia Investida, devendo a referida pessoa seguir as instruções de voto transmitidas pelo Comitê de Investimentos, bem como dar conhecimento a respeito das deliberações e disponibilizar à Administradora e ao Comitê de Investimentos cópia da respectiva ata, no prazo de até 2 (dois) dias úteis após a sua assinatura;
- p) cumprir as deliberações da Assembleia Geral e do Comitê de Investimentos; e
- q) cumprir e fazer cumprir todas as disposições constantes do Regulamento e da legislação aplicável.

A Administradora,, mediante prévia aprovação do Comitê de Investimentos, poderá contratar, às expensas do Fundo, empresas especializadas para a elaboração dos documentos mencionados nos itens “e”, “f” e “g” acima, observado o limite para despesas com a contratação de terceiros prevista no Regulamento do Fundo. Ver “Identificação de Prestadores de Serviços do Fundo e Outros – Outros Serviços”

Sempre que forem requeridas informações na forma prevista nos itens “f” e “g” acima, a Administradora poderá submeter a questão à prévia apreciação da Assembleia Geral, tendo em conta os interesses do Fundo e dos demais Cotistas, e eventuais conflitos de interesses em relação a conhecimentos técnicos e à Companhia Investida, ficando, nesta hipótese, impedidos de votar os Cotistas que requereram a informação.

Obrigações da Gestora

Além das atribuições que lhe são conferidas por força de lei, da regulamentação aplicável ao Fundo, do Regulamento e do contrato de gestão firmado com o Fundo e a Administradora, na qualidade de interveniente anuente, nos termos do artigo 9º, § 2º, da Instrução CVM 391, são obrigações da Gestora:

- a) transferir ao Fundo qualquer benefício ou vantagem que possa alcançar em decorrência de sua condição de Gestora;
- b) comunicar à Administradora qualquer ato ou fato relevante relativo ao Fundo de que tenha conhecimento;
- c) cumprir as deliberações da Assembleia Geral e do Comitê de Investimentos; e
- d) cumprir e fazer cumprir todas as disposições constantes deste Regulamento e da legislação aplicável.

Vedações à Administradora e à Gestora

É vedado à Administradora e à Gestora, conforme o caso, direta ou indiretamente, em nome do Fundo:

- a) receber depósito em conta corrente;
- b) contrair ou efetuar empréstimos, salvo em modalidade regulada pela CVM;
- c) prestar fiança, aval, aceite ou coobrigar-se sob qualquer outra forma;
- d) realizar qualquer investimento ou desinvestimento em desconformidade com as deliberações da Assembleia Geral ou do Comitê de Investimentos, ou sem a aprovação prévia e expressa deste último;
- e) negociar com duplicatas, notas promissórias, excetuadas aquelas de que trata a Instrução CVM nº 134, de 1º de novembro de 1990, ou outros títulos não autorizados pela CVM;
- f) promover rendimento predeterminado aos Cotistas; e/ou
- g) aplicar recursos no exterior, na aquisição de bens imóveis, ou na subscrição ou aquisição de ações de sua própria emissão.

Substituição da Administradora e/ou da Gestora

A Administradora e/ou a Gestora devem ser substituídas nas hipóteses de (i) descredenciamento para o exercício da atividade de administração de carteira, por decisão da CVM, (ii) renúncia, mediante aviso prévio de, no mínimo, 60 (sessenta) dias, endereçado a cada um dos Cotistas e à CVM, ou (iii) destituição por deliberação da Assembleia Geral.

Nas hipóteses de renúncia ou descredenciamento, ficará a Administradora obrigada a convocar, imediatamente, Assembleia Geral para eleger seu substituto e/ou o substituto da Gestora, a se realizar no prazo máximo de 10 (dez) dias, sendo também facultado aos Cotistas titulares de ao menos 5% (cinco por cento) das Cotas ou à CVM, na hipótese de descredenciamento, a convocação dessa Assembleia Geral.

No caso de renúncia, a Administradora e/ou a Gestora deverão permanecer no exercício de suas funções até sua efetiva substituição, que deverá ocorrer no prazo máximo de 60 (sessenta) dias, a contar do aviso prévio aos Cotistas e à CVM. Caso os Cotistas, reunidos em Assembleia Geral, não indiquem o substituto da Administradora e/ou da Gestora em

até 60 (sessenta) dias contados da comunicação da renúncia, ou nenhum prestador de serviços habilitado assuma efetivamente todos os deveres e obrigações do prestador de serviços renunciante neste prazo, a Administradora convocará Assembléia Geral para deliberar sobre a liquidação do Fundo e comunicará o evento à CVM. Caso, na referida Assembléia Geral, não haja quorum suficiente para deliberar sobre a matéria, a Administradora procederá automaticamente à liquidação do Fundo.

ASSEMBLÉIA GERAL DE COTISTAS

Periodicidade

A Assembléia Geral reunir-se-á, ordinariamente, dentro dos 6 (seis) meses seguintes ao término do exercício social, e, extraordinariamente, sempre que os interesses do Fundo o exigirem.

Convocação

A convocação da Assembléia Geral de Cotistas far-se-á, em primeira convocação, com antecedência mínima de 15 (quinze) dias, alternativamente, mediante publicação no periódico utilizado para a publicação de informações do Fundo, correspondência, telegrama, e-mail, fax ou qualquer outro meio de comunicação inequívoca, encaminhado a cada um dos Cotistas, contado o prazo do envio da comunicação aos Cotistas. As convocações deverão indicar a data, o horário, o local da reunião e descrição das matérias a serem deliberadas.

A Assembléia Geral poderá ser convocada pela Administradora ou por Cotistas titulares de, no mínimo, 5% (cinco por cento) do total das Cotas.

Os Cotistas deverão manter atualizados perante a Administradora todos os seus dados cadastrais, como nome completo, endereço, fax e e-mail, para fins de recebimento da convocação de Assembléia Geral, bem como de outras comunicações previstas no Regulamento e na regulamentação aplicável.

Independentemente de convocação, será considerada regular a Assembléia Geral a que comparecerem todos os Cotistas.

Quorum de Instalação

A Assembléia Geral instalar-se-á, em primeira convocação, com a presença dos Cotistas que representem a maioria, no mínimo, das Cotas e, em segunda convocação, com qualquer número.

Não se instalando a Assembléia Geral em primeira convocação, esta deverá ser novamente convocada, com antecedência mínima de 8 (oito) dias, podendo a segunda convocação ser realizada juntamente com a primeira, ou, alternativamente, ser realizada consulta formal, observado o procedimento previsto na seção “– Consulta Formal”.

Legitimidade

Poderão comparecer à Assembléia Geral, ou votar no processo de deliberação por consulta formal, os Cotistas que, até 3 (três) dias antes da data fixada para a realização da Assembléia Geral ou do envio da consulta formal, conforme o caso, estiverem inscritos na conta de depósito ou perante a CETIP, conforme o caso, seus representantes legais ou seus procuradores legalmente constituídos.

Os Cotistas também poderão votar por meio de comunicação escrita ou eletrônica, desde que o seu recebimento ocorra antes do encerramento da respectiva Assembléia Geral.

Competência

Além das matérias sujeitas expressamente à deliberação da Assembléia Geral, nos termos do Regulamento e da regulamentação em vigor, é da competência privativa da Assembléia Geral:

- a) tomar, anualmente, as contas relativas ao Fundo e deliberar, até 30 de junho de cada ano, sobre as demonstrações contábeis apresentadas pela Administradora;
- b) alterar o Regulamento do Fundo;
- c) deliberar sobre a destituição ou substituição da Administradora e/ou da Gestora e escolha de seu substituto;
- d) deliberar sobre a fusão, cisão, incorporação ou eventual liquidação do Fundo;
- e) deliberar sobre a emissão e distribuição de novas Cotas;
- f) deliberar sobre o aumento da taxa de remuneração da Administradora, inclusive no que diz respeito à participação nos resultados do Fundo;
- g) deliberar sobre a alteração do quorum de instalação e deliberação da Assembléia Geral;
- h) deliberar sobre a eventual instalação, composição, organização e funcionamento de comitês e conselhos do Fundo;
- i) deliberar sobre a prorrogação do Período de Investimento e/ou do Período de Desinvestimento;
- j) deliberar sobre a redução do Período de Investimento e/ou do Período de Desinvestimento;

- k) deliberar, quando for o caso, sobre o requerimento de informações apresentado por Cotistas, que seja submetido pela Administradora à prévia apreciação da Assembléia Geral, tendo em conta os interesses do Fundo e dos demais Cotistas, e eventuais conflitos de interesses em relação a conhecimentos técnicos e à Companhia Investida, sendo que, neste caso, ficarão impedidos de votar os Cotistas que requereram a informação;
- l) deliberar sobre a utilização de ativos integrantes da Carteira na liquidação do Fundo;
- m) deliberar sobre a amortização parcial ou total, a qualquer tempo, de Cotas; e
- n) aprovar a alteração dos limites para despesas inerentes à constituição, fusão, incorporação, cisão ou liquidação do Fundo e à realização de Assembléias Gerais, bem como à contratação de terceiros para prestar serviços legais, fiscais, contábeis e de consultoria especializada, ambos fixados em R\$250.000,00 (dezentos e cinquenta mil reais) por exercício social, nos termos do Regulamento.

Quorum de Deliberação

As deliberações de Assembléia Geral serão tomadas por votos que representem a maioria dos presentes, correspondendo a cada Cota um voto, salvo com relação às deliberações mencionadas nos itens “b” a “i” acima, que serão tomadas por votos que representem, no mínimo, 67% (sessenta e sete por cento) dos presentes.

Consulta Formal

As deliberações da Assembléia Geral poderão ser adotadas mediante processo de consulta formal realizada por escrito, via carta, fax ou e-mail, sem necessidade de reunião, caso em que os Cotistas terão o prazo de até 5 (cinco) dias úteis, contado do recebimento da consulta, para respondê-la.

Da consulta deverão constar todas as informações necessárias ou apropriadas para o exercício do direito de voto do Cotista.

Registro das Deliberações

As deliberações da Assembléia Geral serão registradas em ata, ainda que em forma de sumário, a qual será assinada pelos Cotistas presentes, sendo suficiente para a validade da ata a assinatura de tantos Cotistas quantos bastem para constituir a maioria necessária à validade da deliberação, e/ou terá a ela anexada as manifestações de voto proferidas pelos Cotistas por meio de comunicação escrita ou eletrônica, dispensadas neste caso as respectivas assinaturas, sendo a seguir registrada no livro próprio.

As deliberações adotadas por meio de consulta formal serão registradas em ato lavrado pela Administradora, reduzindo a termo as deliberações adotadas, para os mesmos fins e efeitos de uma ata de Assembléia Geral.

COMITÊ DE INVESTIMENTOS

Composição

O Fundo terá um Comitê de Investimentos, composto por 5 (cinco) a 11 (onze) membros, que aprovará e acompanhará os investimentos e desinvestimentos pelo Fundo, a performance de sua Carteira e as atividades da Administradora e da Gestora no cumprimento de suas obrigações referentes ao Fundo.

A eleição dos primeiros membros do Comitê de Investimentos será realizada antes da primeira aquisição pelo Fundo de quaisquer valores mobiliários de emissão da Companhia Investida.

Cada Cotista detentor de Cotas representando 10% (dez por cento) do total das Cotas terá o direito de indicar 1 (um) membro para o Comitê de Investimentos, vedada a votação com as mesmas Cotas para a eleição dos demais membros do Comitê de Investimentos, se for o caso. O cotista que isoladamente tiver eleito membro ou membros para o Comitê de Investimentos poderá substituí-los, a qualquer tempo, independentemente da realização de Assembléia Geral e sem a substituição dos demais membros do Comitê de Investimentos.

A Administradora terá o direito de indicar 1 (um) membro para o Comitê de Investimentos, o qual poderá ser substituído, a qualquer tempo, independentemente da realização de Assembléia Geral e sem a substituição dos demais membros do Comitê de Investimentos.

Os demais membros do Comitê de Investimentos serão eleitos e destituíveis, a qualquer tempo, pelos cotistas do FUNDO reunidos em Assembléia Geral.

Na hipótese de vaga em cargo ou cargos do Comitê de Investimentos, por renúncia, morte, interdição ou qualquer outra razão, o Comitê de Investimentos poderá deliberar, temporariamente, com um número inferior de membros até, no máximo, a próxima Assembléia Geral, quando o Comitê de Investimentos será recomposto.

Mandato

O mandato dos membros do Comitê de Investimentos será de 2 (dois) anos, permitida a reeleição ou a renovação da indicação.

Remuneração

Os membros do Comitê de Investimentos não receberão qualquer tipo de remuneração do Fundo pelo desempenho de seus serviços.

Periodicidade das Reuniões

O Comitê de Investimentos reunir-se-á, no mínimo, 1 (uma) vez por ano e sempre que os interesses do Fundo o exigirem.

Convocação

As reuniões do Comitê de Investimentos serão convocadas, por escrito, através de carta, fax ou e-mail, destinado a todos os seus membros, por qualquer membro do Comitê de Investimentos, pela Administradora ou pela Gestora, com antecedência mínima de 5 (cinco) dias úteis, com indicação de data, horário e local da reunião, e respectiva ordem do dia.

Independentemente de convocação, será considerada regular a reunião do Comitê de Investimentos a que comparecerem todos os Cotistas.

Quorum de Instalação

As reuniões do Comitê de Investimentos serão instaladas com a presença da maioria dos seus membros, podendo ser presenciais ou realizadas por meio de vídeo ou teleconferência.

Competência

O Comitê de Investimentos terá como funções:

- a) determinar as diretrizes de investimento e desinvestimento do Fundo;
- b) decidir e informar a Gestora e a Administradora sobre todo e qualquer investimento ou desinvestimento em valores mobiliários de emissão da Companhia Investida e/ou em outros ativos, inclusive na hipótese de reinvestimento dos recursos provenientes de desinvestimentos, e sobre alterações na composição da Carteira, observada a política de investimento do Fundo;

- c) decidir sobre as questões relevantes de interesse do Fundo, inclusive aumento de participação na Companhia Investida, e a adoção de medidas judiciais e extrajudiciais na defesa dos interesses do Fundo;
- d) decidir sobre chamadas de capital para o Fundo, de acordo com o disposto nos respectivos Compromissos de Investimento, e sobre a celebração de novos Compromissos de Investimento, observado o Regulamento;
- e) decidir sobre a forma de alienação dos ativos que compõem a Carteira, por ocasião da liquidação do Fundo, observado o Regulamento;
- f) acompanhar as atividades da Administradora e da Gestora no cumprimento de suas obrigações referentes ao Fundo;
- g) aprovar previamente:
 - a contratação dos prestadores de serviços de auditoria independente das demonstrações financeiras do Fundo e de outros prestadores de serviços, inclusive serviços especializados de consultoria e assessoria que julgar necessários;
 - a realização de qualquer investimento ou desinvestimento pelo Fundo, observado o Regulamento;
 - a integralização de Cotas por meio de títulos ou valores mobiliários, observado o Regulamento; e
 - a celebração de acordos de acionistas ou dos ajustes de natureza diversa que tenham por objeto assegurar ao Fundo efetiva influência na definição da política estratégica e gestão da Companhia Investida.
- h) autorizar a prática pela Administração de atos dependentes de aprovação do Comitê de Investimentos nos termos do Regulamento;
- i) fornecer à Administradora as informações necessárias para elaboração do parecer a respeito das operações e resultados do Fundo, bem como os estudos e análises de investimento que fundamentem as decisões a serem tomadas em assembléia geral, e suas respectivas atualizações periódicas, permitindo acompanhamento dos investimentos realizados, objetivos alcançados, perspectivas de retorno e identificação de possíveis ações que maximizem o resultado do investimento;
- j) indicar representantes para comparecer e votar em assembléias gerais e especiais da Companhia Investida e transmitir-lhes as instruções de voto a serem seguidas nas respectivas assembléias; e
- k) indicar membro(s) para ser (em) eleito(s) pelo Fundo para o conselho de administração e/ou conselho fiscal da Companhia Investida e transmitir-lhe as instruções de voto a serem seguidas nas respectivas reuniões do conselho de administração e/ou do conselho fiscal da Companhia Investida, conforme aplicável.

Quorum de Deliberação

As deliberações do Comitê de Investimentos serão adotadas por maioria de votos dos seus membros presentes, cabendo a cada membro 1 (um) voto.

Consulta Formal

As deliberações do Comitê de Investimentos poderão ser adotadas mediante processo de consulta formal realizada por escrito, via carta, fax ou e-mail, sem necessidade de reunião, caso em que os Cotistas terão o prazo de até 5 (cinco) dias úteis, contado do recebimento da consulta, para respondê-la.

Da consulta deverão constar todas as informações necessárias ou apropriadas para o exercício do direito de voto do membro do Comitê de Investimentos.

Registro de Deliberações

As deliberações do Comitê de Investimentos adotadas em reunião presencial serão registradas em ata, ainda que em forma de sumário, a qual será assinada pelos membros do Comitê de Investimentos presentes à reunião, sendo suficiente para a validade da ata a assinatura de tantos membros quantos bastem para constituir a maioria necessária à validade da deliberação, e entregue à Administradora, no prazo de até 5 (cinco) dias úteis após a sua realização. Na hipótese de reunião do Comitê de Investimentos por meio de vídeo ou teleconferência ou de consulta formal será lavrado ato da Administradora reduzindo a termo as deliberações adotadas, para os mesmos fins e efeitos de uma ata.

Conflito de Interesses

Os membros do Comitê de Investimentos deverão informar à Administradora, e esta deverá informar aos Cotistas, qualquer situação que os coloque, potencial ou efetivamente, em situação de conflito de interesses com o Fundo, sendo que a atuação como diretor, membro do conselho de administração, do conselho fiscal ou de quaisquer órgãos com funções

técnicas ou consultivas, criados por disposição estatutária, na Companhia Investida não importará qualquer restrição ou conflito com a atuação como membro do Comitê de Investimentos.

REGRAS DE TRIBUTAÇÃO DO FUNDO

A presente análise foi elaborada com base na legislação brasileira em vigor na data deste Prospecto e tem por objetivo descrever genericamente o tratamento tributário aplicável aos Cotistas e ao Fundo, assumindo, para esse fim, que a Carteira é composta por, no mínimo, 67% (sessenta e sete por cento) de valores mobiliários da Companhia Investida, e que o Fundo irá cumprir os limites de diversificação e as regras de investimento constantes do Regulamento e da legislação em vigor.

Alguns Cotistas podem estar sujeitos à tributação específica, dependendo de sua qualificação ou localização. Os potenciais investidores devem consultar seus assessores jurídicos com relação à tributação específica a que estarão sujeitos enquanto Cotistas.

Tributação Aplicável aos Cotistas

IOF/Títulos

As operações com as Cotas podem estar sujeitas à incidência do IOF/Títulos, cobrado à alíquota máxima de 1% (um por cento) ao dia, limitado a um percentual do rendimento da operação, em função do prazo, conforme a tabela progressiva anexa ao Decreto nº 4.494, de 3 de dezembro de 2002, e alterações posteriores, sendo este limite igual a 0% (zero por cento) do rendimento para as operações com prazo igual ou superior a 30 (trinta) dias.

Em qualquer caso, a alíquota do IOF/Títulos pode ser majorada a qualquer tempo, por ato do Poder Executivo, até o percentual de 1,50% (um inteiro e cinquenta centésimos por cento) ao dia.

IOF/Câmbio

Conversões de moeda estrangeira para a moeda brasileira, bem como de moeda brasileira para moeda estrangeira, porventura geradas nos investimentos em Cotas efetuados por investidores residentes ou domiciliados no exterior, estão sujeitas ao IOF/Câmbio. À exceção de situações bastante específicas e não aplicáveis ao caso, a alíquota do IOF/Câmbio, atualmente, é de 0% (zero por cento). De toda forma, a alíquota do IOF/Câmbio pode ser majorada a qualquer tempo por ato do Poder Executivo, até o percentual de 25% (vinte e cinco por cento), relativamente a transações ocorridas após este eventual aumento.

Imposto de Renda

O imposto de renda aplicável aos Cotistas tomará por base (i) a residência dos Cotistas: (a) no Brasil; e (b) no exterior, e (ii) considerando as características do Fundo, 3 (três) eventos financeiros que resultam no fato gerador do rendimento tributável: (a) a cessão ou alienação de Cotas; e (b) a amortização de Cotas.

Cotistas do Fundo Residentes no Brasil

Os ganhos e rendimentos auferidos nas Cotas serão tributados pelo imposto de renda, à alíquota de 15% (quinze por cento).

Os ganhos auferidos pelos Cotistas serão apurados no momento que este ceder ou alienar suas Cotas a terceiros. Já os rendimentos auferidos por tais Cotistas serão verificados na hipótese de amortização das Cotas.

Na hipótese de amortização de Cotas, a base de cálculo do imposto de renda incidente sobre os rendimentos auferidos pelos Cotistas corresponderá à diferença positiva entre o montante recebido a título de amortização, e o custo de aquisição das Cotas objeto dessa amortização. Assim, só haverá a incidência do imposto se o valor recebido a título de amortização for superior ao custo de aquisição dessas Cotas.

Os ganhos apurados por pessoa jurídica em operações realizadas fora de bolsa serão tributados como ganho líquido. Já os ganhos verificados por pessoa física, também em operações realizadas fora de bolsa, serão tributados de acordo com as regras aplicáveis aos ganhos de capital na alienação de bens ou direitos de qualquer natureza. Em ambos os casos, a alíquota aplicável é de 15% (quinze por cento), e a base de cálculo do imposto equivale à diferença positiva entre o valor da cessão ou alienação e o custo de aquisição das Cotas objeto da cessão ou alienação.

Cotistas do Fundo Não Residentes no Brasil

Aos Cotistas do Fundo residentes e domiciliados no exterior, por ingressarem recursos no Brasil por intermédio dos mecanismos previstos na Resolução CMN 2.689 (“Cotistas Qualificados”), é aplicável tratamento tributário específico, determinado em função de residirem em país ou jurisdição que não tribute a renda ou capital, ou que a tribute a alíquota máxima inferior a 20% (vinte por cento) ou, ainda, cuja legislação interna oponha sigilo relativo à composição societária de pessoas jurídicas ou à sua titularidade e localidade (“Paraíso Fiscal”).

- *Cotistas Qualificados Não Residentes em Paraíso Fiscal*

Os ganhos e rendimentos auferidos nas Cotas serão tributados pelo imposto de renda à alíquota de 0% (zero por cento). Este tratamento tributário privilegiado não se aplica na hipótese de o respectivo Cotista deter, isoladamente ou em conjunto com pessoas a ele ligadas, 40% (quarenta por cento) ou mais da totalidade das Cotas ou quantidade de Cotas que lhe dê direito ao recebimento de rendimento superior a 40% (quarenta por cento) do total de rendimentos auferidos pelo Fundo, ou em caso do Fundo deter na Carteira, a qualquer tempo, títulos de dívida em percentual superior a 5% (cinco por cento) de seu patrimônio líquido (ressalvados desse limite as debêntures conversíveis em ações, os bônus de subscrição e os títulos públicos). Nestes casos, os ganhos auferidos nas Cotas serão tributados pelo imposto de renda à alíquota máxima de 15% (quinze por cento).

- *Cotistas Qualificados Residentes em Paraíso Fiscal*

Os Cotistas Qualificados Residentes em Paraíso Fiscal, não se beneficiam do tratamento descrito no item “—*Cotistas Qualificados Não Residentes em Paraíso Fiscal*” acima, sujeitando-se ao mesmo tratamento tributário quanto ao imposto de renda aplicável aos Cotistas residentes no Brasil.

CPMF

A CPMF incide nas aquisições das Cotas efetuadas com recursos detidos pelos (i) Cotistas residentes no Brasil, (a) nas contas correntes de depósito a vista, à alíquota de 0,38% (trinta e oito centésimos por cento), ou (b) nas contas investimento, à alíquota de 0% (zero por cento), e (ii) Cotistas residentes no exterior, em contas de sua titularidade, até o limite dos valores ingressados, registrados no BACEN.

Tributação Aplicável ao Fundo

IOF/Títulos

As aplicações realizadas pelo Fundo estão sujeitas atualmente à incidência do IOF/Títulos à alíquota de 0% (zero por cento), sendo possível sua majoração a qualquer tempo, mediante ato do Poder Executivo, até o percentual de 1,50% (um inteiro e cinquenta por cento) ao dia.

Imposto de Renda

Os rendimentos e ganhos apurados nas operações da carteira do Fundo são isentos do imposto de renda.

CPMF

As operações realizadas pelo Fundo, desde que relacionadas em Portaria emitida pelo Ministério da Fazenda, incluindo a movimentação da Carteira e o pagamento realizado pelo Fundo no resgate das Cotas, estão sujeitas à incidência de CPMF à alíquota de 0% (zero por cento).

ANEXOS

Instrumento Particular de Constituição do Fundo

Instrumento Particular de Alteração do Regulamento do Fundo

Primeiro Aditamento e Consolidação do Regulamento do Fundo

Declaração da Administradora, nos termos do artigo 56 da Instrução CVM 400

Minuta do Modelo de Compromisso de Investimento

Minuta do Modelo de Boletim de Subscrição